

SESSÕES DO PLENÁRIO

19ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 28 de novembro de 2017.

PRESIDENTE: DEPUTADO SANDRO RÉGIS (1º SECRETÁRIO)

À hora marcada, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angela Sousa, Angelo Almeida, Angelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika Lopes, Heber Santana, Hildécio Meireles, Jânio Natal, José de Arimateia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Junior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rosemberg Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária com o objetivo de apreciar o Projeto de Lei nº 22.551 e o Projeto de Lei nº 22.549/2017.

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Quero solicitar de V. Ex.^a uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão. Que V. Ex.^a mande zerar o painel, abra o tempo de 15 minutos e, antes de passar para alguém a questão de ordem, defira ou indefira a minha questão.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Está deferida a questão de ordem de V. Ex.^a. Agora, o deputado Rosemberg pode contraditar. Ele contradita sua questão de ordem, e eu abro o painel.

Os projetos de lei são, deputado Rosemberg, os de nºs 22.549/2017 e 22.551/2017.

Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, estou realmente muito preocupado porque estamos com dois projetos na Ordem do Dia que visam melhorar a remuneração dos servidores. E de repente o deputado Targino não quer que se votem?

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Silêncio, por favor. Por favor, por favor!

O Sr. Rosemberg Pinto:- Eu quero pedir, deputado... Eu estou desaprendendo, eu estou, realmente, desaprendendo, porque sou relator de um dos projetos, e esse projeto diz respeito exatamente aos servidores, aos professores. É um projeto que, além de criar a carreira dos coordenadores pedagógicos, aumenta consideravelmente a remuneração do ponto de vista da complementação de determinados direitos.

Inclusive, ainda há pouco, recebi representantes da APLB. Vamos ter uma nova reunião para que se possa, também, contemplar os servidores que estão disponíveis em outras secretarias neste momento. E que eles, assim que retornarem, possam, a partir de um curso que será ministrado pela Secretaria da Educação, também se adequar a esse novo regramento. Se isso não melhora a vida dos professores, eu estou desaprendendo, porque sou o relator e recebi os setores que representam os professores. Então, eu estou achando estranho.

Nesse sentido, deputado Sandro Régis, entendendo que é importante e que cada um tem o direito de achar que não tem importância – mas, para mim, melhorar o salário dos servidores tem importância –, quero solicitar de todos os deputados e deputadas na Casa que se façam presentes. Façam-se presentes no sentido de garantir a continuidade da sessão para que possamos votar esse projeto. É um projeto que, na minha opinião, tem relevância, sim, tem muita relevância para os servidores da educação do Estado da Bahia.

Quero solicitar a V. Ex.^a que faça soar as campainhas e chame nominalmente os deputados, no prazo regimental, para que possamos atender o pedido do deputado Targino Machado. Na continuidade da sessão, vamos debater e, obviamente, votar os projetos que a maioria entender que interessa aos servidores do Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Há uma verificação de quórum para a continuidade da sessão. Por favor, marque-se os 15 minutos no painel.

Srs. Deputados, há uma verificação de quórum para a continuidade da sessão. Os Srs. Parlamentares que estão na sala do cafezinho ou em seus gabinetes, por favor, compareçam ao Plenário.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, quem pede verificação de quórum tem que dar a presença, porque se não der a presença é como se ele não tivesse pedido.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Rosemberg Pinto, ele tem os 15 minutos para dar a presença dele. Se passarem os 15 minutos e ele não der a presença...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Quando não se dá a presença, significa que ele está ausente. E estar ausente regimentalmente não faz sentido, ele precisa estar presente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Concordo com V. Ex.^a.

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Por favor, deputado Targino Machado, brinde-nos com sua presença.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, quero me inscrever para falar nos 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois não, deputado.

O Sr. Alex Lima:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, confesso a V. Ex.^a...

O Sr. Zé Raimundo:- Questão de ordem, Sr. Presidente. Ele pode falar se não deu presença?

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Ele está presente, ele já deu presença, deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Sim, mas a sessão está aberta, não está, como é?

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- A sessão está na contagem dos 15 minutos.

O Sr. Targino Machado:- Ele está míope. Professor Zé Raimundo, os óculos de V. Ex.^a... V. Ex.^a está com uma viseira de couro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, o ex-governador, pensador da Bahia, Mangabeira, disse uma verdade nos tempos hodiernos: “Pense num absurdo, na Bahia há precedente”. E o precedente na Bahia é o precedente da desfaçatez, a forma como se comportam aqui os próceres do PT, com um discurso malabarista, como fez o deputado Zé Neto há pouco. E a minha indignação traduz-se no fato de que eu conheci o ilustre deputado Zé Neto, do PT, fazendo oposição nesta Casa, e descobre-se nos dias de hoje, quando ele é Líder do Governo, que não existe nada mais parecido com a Oposição... aliás, não existe nada mais parecido com o Governo do que uma Oposição quando chega ao governo.

Vejo a metamorfose a que foi submetido o deputado Zé Neto, meu amigo de tantos anos, que andava na frente e atrás de uma Rural de som em Feira de Santana... Era um homem da luta.

Ainda domingo, ele fez um seminário, um simpósio, uma feijoada, churrasco, não sei bem o que foi, na chácara que ele chama de Chácara da Luta, mas a luta acabou. Lá era a luta a favor da Bahia e dos baianos, hoje é a luta intransigente para

prestar serviço a esse governador ruim de frente e ruim de “costa”. Essa é a verdade. (Palmas)

Termos os deputados Zé Neto e Rosemberg na frente dos senhores, não é intramuros, mas na presença, sob o testemunho dos senhores, vindo aqui, para este solo sagrado, defenderem o que eles chamam de aumento para as categorias, é uma vergonha. (Palmas) Isso é a demonstração inequívoca de que navalha ou gilete não servem para fazer as barbas do deputado Rosemberg e do deputado Zé Neto. Tem que ser escopo e marreta, porque aí é cara de pau! (Palmas)

Não é possível chamar a recomposição do soldo, porque soldo deveria ser protegido pela lei maior do Brasil, que é a Constituição federal, que diz que ninguém pode ganhar menos que um salário mínimo. E ficam aí as polícias, principalmente a Polícia Militar, ganhando menos que um salário mínimo. E eles ainda vêm para aqui sustentando um governo que há três anos não dá – não é o reajuste, não –, não dá a recomposição salarial. Eles estão sem dar a recomposição salarial há três anos e agora vêm para aqui, tiram a roupa da honra...

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Targino Machado:- (...) a roupa da moral, para afirmar, à vista dos senhores... Eu quero pedir desculpa aos senhores, eles não sabem o que dizem...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, deputado.

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. Targino Machado:- Eles não sabem o que dizem!

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir.

O Sr. Targino Machado:- Mas V. S.^{as} precisam saber o que vão fazer no próximo ano: botar esse povo para fora da vida pública. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas que se encontram na Casa, peço a V. Ex.^{as} que compareçam ao Plenário e possam, neste momento, contribuir para que tenhamos a continuidade da presente sessão.

Nós estamos apreciando hoje dois projetos importantes, e é bom lembrar que, entre os 27 Estados brasileiros, o Estado da Bahia, podemos dizer, é hoje o primeiro do Brasil, um dos primeiros entre os quatro a chegar nesta reta final do ano podendo dar algum reajuste salarial. Apenas quatro Estados do Brasil podem dar reajuste e enfrentar essa dura crise causada pelo atual governo Temer e pelos que defendem tal governo, que aqui se fantasiavam de bons moços, mas, infelizmente, carregam consigo a mácula de defender o governo Temer.

(As Galerias se manifestam.)

Esses que defendem o governo Temer estão aqui hoje trabalhando para derrubar a presente sessão. Eu peço aos deputados que estão na Casa que compareçam à presente sessão e possam contribuir para o nosso quórum de votação.

Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados que se encontram na Casa Legislativa, nos corredores, que se encontram aqui no cafezinho...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Já há quórum, deputado.

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Por favor, por favor, Galerias!

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Grande Expediente.

Não há orador.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Horário das Lideranças Partidárias. Concedo a palavra ao Líder do Governo ou Líder do Bloco Parlamentar PP-PSB-Podemos para falar ou indicar orador pelo tempo de até 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, no total de 12 minutos vão falar o deputado Angelo Almeida, por 6 minutos, e o deputado Alex Lima, pelos outros 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Falarão o deputado Angelo Almeida, por 6 minutos; e o deputado Alex Lima, estreando como pai, também por 6 minutos.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Há um orador na tribuna.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- (...) boa tarde a todos, saudação aos companheiros e companheiras que estão aqui fazendo a luta sindical, a luta de categoria. É importante compreender, como nós compreendemos, a vanguarda de vocês. Mas também é importante reconhecer que vivemos num Estado que, infelizmente – nós temos que dizer isto: se estivéssemos vivendo num Estado com atraso de salários, sem pagar 13º, teríamos muito mais dificuldades ainda.

Como o Estado vem sendo saneado e é um Estado saudável do ponto de vista financeiro econômico, eu acredito que o governador Rui Costa está atento a essas demandas, como homem que veio da base, como homem que veio da categoria sindical, fazendo o entendimento com a luta de vocês.

Mas é preciso fazer também alguns debates importantes. Nós estamos chamando a atenção, até porque convivemos com as questões do Semiárido baiano, convivemos com as angústias da agricultura familiar, que vem passando por uma das mais graves estiagens dos últimos tempos.

Recentemente, eu trouxe aqui uma abordagem na qual denunciei que a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil assinou, no mês de maio, um contrato com a nossa Defesa Civil, com a Sudec, da ordem de R\$ 27 milhões. Esse repasse nunca chegou nem vai chegar mais, era um dinheiro destinado a essas pessoas que sofrem com a seca nos 2/3 do território baiano que convivem com a seca, o Semiárido.

Esse contrato de R\$ 27 milhões já foi para a lata do lixo; outro contrato foi de R\$ 14 milhões, meu caro presidente em exercício, meu querido amigo, feito em outubro, até agora não foi liberado.

Entretanto, com o município de Salvador, os mesmos R\$ 27 milhões, coincidentemente, que foram contratados... Nesta semana, tive conhecimento de que está sendo liberada a primeira parcela, de R\$ 7 milhões, para a compra de geomantas que vão ser utilizadas nas encostas de Salvador.

Quero dizer que, na medida em que o governo do Estado vem fazendo obras de contenção e prevenção em encostas, é plausível a preocupação do município de Salvador de proteger essas encostas.

Ocorre, meu caro Alex Lima, que nós fomos pesquisar e obtivemos da Universidade Federal do Espírito Santo, do seu Departamento de Engenharia, um laudo técnico, um parecer técnico. Não é da Bahia, estou falando da Universidade Federal do Espírito Santo, já que Vitória do Espírito Santo também é uma cidade, uma capital, com muitas encostas.

Nenhuma capital brasileira, nenhum município brasileiro comprou essas geomantas, porque este laudo, o Parecer nº 01/2015, diz: (Lê) *“Parecer Técnico. Assunto: aplicação de produto geocomposto de PVC, também conhecido como geomanta, nas áreas de risco de escorregamento no Estado do Espírito Santo. Motivação: determinação do Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil para o pronunciamento a respeito da solicitação formal feita pelo 1º Tenente Eliamar de Alvarenga.*

Referências: Parecer Técnico do Professor Doutor Antônio Celso de Oliveira Goulart, do Programa de Extensão da Universidade Federal do Espírito Santo.

Parecer: Em vistoria conjunta realizada no bairro Rio Marinho, Cariacica, em 14 de maio de 2015, foi analisada uma aplicação do produto geocomposto de PVC, também conhecido como geomanta, como instrumento de redução de risco a movimento coletivo de massa”.

Vou resumir.

(Lê): *“A adoção de alternativa baseada no revestimento com geomanta para essas intervenções em taludes promove, no máximo, a sua estabilização, pois esta solução não substitui a contenção, visto que não possui características de suporte mecânico, e sim de impermeabilização. Trata-se de medida profilática, com caráter*

paliativo, que não deve prescindir de atento acompanhamento e manutenção constante até que uma ação definitiva seja empreendida”.

Estou fazendo este alerta porque, sinceramente, nos preocupa que, ao aplicar-se um produto que é só um paliativo, isso vá deixar o município em situação de conforto, as pessoas que moram nessas encostas acharem que estão protegidas...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Concluindo, Sr. Presidente.

(...) quando não estão. Quem comprou essa geomanta, quem estava na Defesa Civil, era o mesmo cidadão que está hoje em casa – R\$ 27 milhões de contrato –, usando tornozeleira.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, deputado.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Em Brasília, já tem gente apelidando a geomanta de “geddelmanta”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o pai do ano, deputado Alex Lima. É o novo pai da Assembleia Legislativa da Bahia.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, funcionários desta Casa, imprensa presente, amigos e amigas que nos visitam nas Galerias Paulo Jackson, Sr. Presidente, tenho observado atentamente a agonia e a angústia vividas pela Oposição no nosso Estado.

Temos um gestor que se destaca nas diversas áreas e já é reconhecido nacionalmente como um dos melhores gestores dessa nova geração de políticos, ao contrário da grande maioria dos governantes de Estados brasileiros, que já não conseguem pagar os salários em dia, que já não conseguem levar os serviços básicos para suas populações, enquanto a Bahia continua firme, seguindo o caminho do desenvolvimento e do progresso.

A Bahia tem o segundo maior perfil...

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Há um orador na tribuna, por favor.

O Sr. ALEX LIMA:- A Bahia tem o segundo maior investimento entre todas as unidades da Federação, ficando atrás somente do Estado de São Paulo. Enquanto isso, a Oposição no nosso Estado se comporta a fazer malvadezas contra os baianos. E, ao participar e ser sócia desse projeto golpista do presidente Michel Temer, deveria, meu querido presidente Sandro Régis...

(As Galerias se manifestam.)

Eu queria pedir ao presidente a recomposição do meu tempo. Peço às Galerias que respeitem esta Casa, da mesma forma como nós estamos respeitando os que estão presentes.

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Por favor, Galerias, por favor! Há um orador na tribuna, por favor!

O Sr. ALEX LIMA:- Na democracia, vocês falam, a gente escuta. Quando a gente está falando, vocês escutam também. É o tempo de cada um. Queria pedir, presidente, que garantisse o meu tempo, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois não, deputado Alex Lima.

O Sr. ALEX LIMA:- Então, presidente, eu percebo a agonia e a angústia da Oposição, que se vê emparedada por um governo que, como disse, só faz se destacar entre todos os Estados da Federação. Do outro lado, um líder, um grupo liderado pelo prefeito de Salvador, que vai ter que explicar aos baianos, deputado Bira Corôa, primeiro: por que apoiou o golpe e não respeitou a decisão dos brasileiros. Segundo: por que indicou os seus amigos para fazerem parte desse governo ilegítimo. Terceiro: por que essa aliança faz tanto mal para a Bahia e para os baianos. Quarto: por que ele insiste em perseguir um governo como o nosso, que é para todos os baianos. Quinto: como é que ele vai olhar na cara dos baianos e justificar a venda das nossas riquezas? Como é que ele vai andar pelo interior da Bahia, Sr. Presidente, e responder por que os seus amigos e aliados querem vender as nossas riquezas, entregar o nosso patrimônio? Ele vai ter que olhar na cara de todos os baianos e dizer por que a Bahia tem sido tão maltratada pelo governo federal. Ele vai ter que justificar, Sr. Presidente, as sucessivas altas no preço da gasolina. Ele vai ter, presidente, que andar pelos quatro cantos deste estado e justificar todas atrocidades cometidas pelo governo do presidente Michel Temer.

O que nós não vamos aceitar, Sr. Presidente, é que ele seja sócio desse projeto, que ele governe e tenha tanta relação íntima com o presidente da Câmara dos Deputados e com o presidente Michel Temer e que, ao chegar abril do próximo ano, ao deixar a bomba chiando, que é essa administração de Salvador, no colo do vice-prefeito, ele tenha o desfrute de chegar aqui e dizer: “Eu não sabia de nada disso”.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, deputado.

O Sr. ALEX LIMA:- Estou com 15 segundos, presidente. Nem venceu meu tempo ainda, eu pedi a tolerância de V. Ex.^a.

Então, é isso que os baianos vão cobrar da Oposição liderada pelo prefeito de Salvador, porque ele vai ter que olhar na cara dos baianos e responder a tantas questões.

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Por favor, Galerias!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra, por 5 minutos, o deputado Hildécio; por 6 minutos, o deputado Prisco, legítimo líder das categorias sindicais na Assembleia Legislativa da Bahia. (Palmas)

O Sr. Targino Machado:- Excelência, pela ordem...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois não.

O Sr. Targino Machado:- Só para saber de V. Ex.^a quem foi que indicou os oradores.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- O deputado Hildécio.

O Sr. Targino Machado:- Mas tem que indicar aqui, no microfone.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Então, V. Ex.^a indique, por favor.

O Sr. Targino Machado:- É necessário que a gente aja assim.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Então indique, por favor.

O Sr. Targino Machado:- Vou indicar, por 5 minutos e meio, o deputado Hildécio e, por 5 minutos e meio, o deputado Soldado Prisco.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra, o deputado Hildécio por até 5 minutos e meio.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, senhoras e senhores, eu tinha outro tema para tratar na tribuna, mas vou deixá-lo para outro momento, porque não me contive com a oportunidade de responder ao pronunciamento do nobre deputado Alex Lima.

Eu gostaria, deputado Alex Lima, de começar fazendo a V. Ex.^a um questionamento. Eu gostaria de saber, e vou abrir 30 segundos do meu tempo para V. Ex.^a responder, com quem votou para presidente da República e para vice-presidente da República?

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. Alex Lima:- Um aparte, deputado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Quinze segundos. Não é aparte.

O Sr. Alex Lima:- Um aparte. V. Ex.^a não pode limitar meu aparte.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- V. Ex.^a certamente votou com a presidente Dilma, cassada...

O Sr. Alex Lima:- Golpeada!

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- (...) e com, como V. Ex.^{as} chamam, “o presidente golpista Michel Temer”. Certamente foi esse o seu voto.

O Sr. Alex Lima:- Um aparte, deputado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- O meu foi o contrário. E o voto que eu dei, a quem eu dei, não dou mais. Certamente V. Ex.^a vai votar no candidato condenado Luiz Inácio Lula da Silva.

O Sr. Alex Lima:- Um aparte.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Mas eu preciso continuar meu pronunciamento. (Palmas) Aparte agora não tem como.

V. Ex.^a tenta imputar ao melhor prefeito do Brasil...

O Sr. Alex Lima:- V. Ex.^a votou em Aécio?

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- (...) ao prefeito mais bem avaliado do País, a culpa pelo aumento do combustível? Não vi sentido nenhum nessa sua colocação. A culpa é exatamente de Lula e Dilma. Não é nem tanto desse que está aí hoje governando, em quem V. Ex.^a votou. São as consequências maléficas do governo desastroso do PT no Brasil. Aí, agora, nós estamos...

O Sr. Alex Lima:- Um aparte, deputado, só para eu tentar contribuir com o pronunciamento de V. Ex.^a.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- V. Ex.^a está tentando atrapalhar o meu pronunciamento. Vou dar-lhe um aparte de 30 segundos, talvez V. Ex.^a não me tivesse dado, mas vou conceder-lhe.

O Sr. Alex Lima:- Querido deputado Hildécio Meireles, tenha certeza de que eu lhe daria o aparte com o maior prazer. Queria cumprimentar V. Ex.^a e agradecer pela oportunidade...

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Em homenagem ao bebê.

O Sr. Alex Lima:- Eu queria dizer, deputado Hildécio, que eu ia pedir a auditoria das urnas, V. Ex.^a já está publicando meu voto. Mas meu voto – eu queria justificar a V. Ex.^a – no primeiro turno seria do ex-governador Eduardo Campos. Com o seu falecimento, votei, no primeiro turno, em Marina Silva. No segundo turno, eu votei em Dilma, sim, mas votaria em todos os candidatos...

(Vaias e gritos nas Galerias.)

O que é isso?

Sr. Presidente, presidente... Eu acho, presidente, que esta Casa é uma Casa de todos. Mas não precisamos trazer fã-clube para aqui. Não é, presidente? Fã-clube, não!

(Vaias nas Galerias.)

Mais respeito à Casa! Vamos respeitar a Casa!

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Galerias! Galerias! Por favor, Galerias! As Galerias não podem se manifestar. As Galerias podem aplaudir, mas vaiar parlamentar não podem. Por favor.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Calma, deputado Alex. Então, deputado, continuando o meu discurso...

O Sr. Alex Lima:- Posso continuar meu aparte?

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Já passaram os 15 segundos. Eram só 15 segundos.

O Sr. Alex Lima:- Mas foi a turma da torcida que não deixou.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Continuando meu pronunciamento, quero dizer a V. Ex.^a que tenho andado pelo interior da Bahia, pelo Oeste, pelo Baixo Sul, pelo Norte, pelo Nordeste, e o povo da Bahia, deputado, está ansioso pela presença do prefeito ACM Neto, o povo da Bahia clama pela presença do prefeito ACM Neto em todo o interior do Estado. Não tenho dúvida disso, porque, aonde vou, a população da Bahia pergunta quando é que o prefeito da nossa capital irá visitar o nosso interior.

Portanto, meu nobre deputado Alex, acho que, no seu pronunciamento, V. Ex.^a cometeu um grande equívoco ao querer imputar ao prefeito de Salvador...

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Por favor, vocês estão atrapalhando o orador na tribuna!

Rosemberg Pinto:- Presidente, peça ao deputado Prisco para controlar o pessoal dele.

(Um senhor presente às Galerias levanta-se e fala.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Por favor, amigo! Por favor, amigo! Por favor, amigo!

Vou restabelecer por 3 minutos, deputado Hildécio, o seu tempo.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, já me dou como satisfeito, porque as Galerias concluíram o meu pronunciamento.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra, por até 5 minutos e meio, o deputado Soldado Prisco. (Palmas)

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente, o deputado Rosemberg Pinto está falando que todo mundo que está ali em cima está no meu gabinete. Se desse tudo isso no meu gabinete, eu estaria feliz.

Sr. Deputado, esses são servidores públicos, para os quais V. Ex.^a e o seu governo, na campanha eleitoral, prometeram, enganaram e mentiram.

Sr. Presidente, vejo aqui o deputado Zé Neto, Líder do Governo, que veio aqui a esta tribuna e disse que o Governo do Estado fez o maior esforço para aplicar esse reajuste no soldo. Só que o Líder do Governo, Zé Neto, parece ter esquecido que há três anos, na propaganda eleitoral, o governador dele, Rui Costa, disse que jamais, em seu governo, o servidor iria ficar com o soldo abaixo do mínimo. Pois há três anos o servidor recebe abaixo do mínimo desse governo da mentira, da propaganda e da enganação. O governo simplesmente sucateou o Planserv. Aqui nesta Casa, aumentou o Planserv e retirou o direito da licença-prêmio pecuniária para os servidores. O governo aqui só maltratou todos os servidores públicos. Mas, na campanha eleitoral, ele não disse que iria encaminhar esse projeto para cá depois que fosse eleito!

Então, esse é o governo que nem gasolina nas viaturas para trabalhar tem, que só vive na enganação. (Palmas) Esse é o governo que suspendeu a Conder, financiamento feito e conquistado em 2001, em uma luta de categoria, que esse próprio governo apoiou naquele momento, na greve da PM de 2001. Esse governo apoiou e financiou aquele movimento. E aquele movimento conquistado, o Prohabit, que é uma lei que ainda está em vigor, esse governo suspendeu sem nenhuma explicação – “questão orçamentária”. Para os shows no interior, showmícios, inauguração de policlínica, tem dinheiro. Para propaganda do governo, tem dinheiro. Mas, para respeitar o servidor e suspender a Conder, esse governo não tem dinheiro. Que esforço é esse?

E chegam aqui os deputados do Governo com apenas um discurso: o governo Michel Temer. Eu não votei em Michel Temer, por mim, Michel Temer teria caído. É um governo ilegítimo, nem merecia estar onde está. Mas sou baiano, moro na Bahia, quero saber do governo daqui. Lá eu não votei; eles votaram na chapa de Michel Temer e Dilma. Mesmo o deputado-relator sendo do meu partido, sou radicalmente contra a reforma da Previdência. Lá sou contra e aqui também. Aqui vi deputado dizendo que é contra, mas votará a favor quando esse projeto passar nesta Casa. Vota toda vez contra o trabalhador. Vem aqui num discurso fácil, falando do governo federal, mas esquece da Bahia. Quer falar do governo do Rio de Janeiro, e esquece o da Bahia.

É o povo que mora aqui que quer saber como está a segurança nas ruas, onde a Bahia ostenta o primeiro lugar em todos os níveis de violência: feminicídio; violência contra a mulher e contra negros; violência contra jovens e adolescentes; o número de homicídios mais alto do Brasil; furtos de veículos. E o que o governo faz? Gasta só dinheiro na propaganda. Queria morar nessa propaganda do governo para ver essa Bahia maravilhosa que ele mostra. Mas a realidade não é essa. Na realidade, vemos heróis nas ruas dedicando a sua vida, como ontem, quando enterramos mais dois companheiros na batalha do dia a dia. Já são 23 policiais civis e militares que perderam a vida. E o que esse governo tem feito para melhorar isso? Nada. O auxílio-alimentação está há 11 anos congelado: R\$ 9. Nem uma coxinha na Perini ou no

aeroporto você compra. São R\$ 9 para um serviço de 24 horas. E o que esse governo fala aqui? Não fala nada sobre isso.

Apresentamos a emenda para ajudar o próprio governo a valorizar o servidor público. Mas nada disso. O governo nem discute e quer usar o rolo compressor para votar contra o servidor. É bom que o servidor fique atento, porque há três anos o governo não falou isso. Mas em 7 de outubro de 2018 vai ter eleição novamente, e é bom dar uma resposta a esse governo.

O auxílio-transporte, que é um direito, lei desde 1997, quando foi acordado em mesa reivindicatória. O governo assinou o acordo, do qual o deputado Rosemberg Pinto também participou, sabe que o governo assinou o acordo, para o cumprimento e pagamento do auxílio-transporte, que é um direito. Somos a única categoria de trabalhadores no Brasil que paga para trabalhar, que tira do bolso para trabalhar, porque o governo não paga auxílio-transporte – a única categoria! Os policiais têm que se virar, ficar na beira da esquina ou na pista para pegar a velha carona para ir trabalhar, porque esse governo não paga, esse governo não oferece condição nenhuma.

E vem com um reajuste desses, parcelado em dois anos: a primeira, agora em novembro; a segunda, em novembro do ano que vem. Só no soldo, só para fugir do discurso de que o soldo está abaixo do mínimo. Mas vem mais uma campanha eleitoral para desmentir tudo que ele já falou. Quer enganar quem com isso? Não pode enganar o servidor desse jeito. O servidor já conhece muito bem o quanto esse governo o tem maltratado.

Nas ruas está a realidade da segurança pública: abandonada nesta Bahia, com a violência em números altíssimos. E vem aqui falar que o governo está fazendo o máximo de esforço! Esforço onde? Só se for para prejudicar a cada dia o servidor público. Não são todos os sindicatos, poucos sindicatos de servidores públicos se valorizam e estão aqui, mas a maioria dos sindicatos, infelizmente, está no bolso do governo e participou da propaganda eleitoral do governo. (Palmas) Quero ver se a categoria sabe reconhecer isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o nobre Líder do governo ou da Maioria, ou o Líder do PSD, para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Angelo Almeida:- Sr. Presidente, vai falar o deputado Marcelo Nilo por 11 minutos.

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pela ordem, o deputado Targino Machado. Pois não, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, dou como referência o art. 225 do Regimento Interno e seguintes para, inicialmente, dizer que precisamos realmente reconstituir a ordem nesta Casa. Mas a desordem não foi instalada por aquele que deveria ser o dono verdadeiramente desta Casa, que é o povo. Porque o povo serve muito aos políticos em época de campanha – para bater palmas, para carregar bandeiras, para botar escada, para colocar gambiarra nas ruas para iluminar, para ser massa de manobra em comícios e em reuniões. Para isso o povo tem servido ao longo do tempo. Mas protestar e colocar o seu direito legítimo de opinião nesta Casa, não pode. Se estivéssemos às vésperas de eleições, os senhores poderiam fazer o que quisessem aqui dentro, porque na época de eleição tudo é permitido. (Palmas)

Mas a culpa é de uma estrutura perversa que foi montada pelos políticos neste nosso Brasil. Quem precisa ser fiscalizado é o governo, pelo Poder Legislativo. O governo não serve para fiscalizar a imprensa; a imprensa é que precisa fiscalizar os governos. O povo não é para ser fiscalizado por esta Casa; o povo é para fiscalizar esta casa. (Palmas) Porque este Poder Legislativo nada mais é do que o Poder de representação. Cada um dos 63 deputados deveria estar aqui hoje, numa tarde importante como esta, para votar dois projetos de interesse absoluto do governo, embora não seja de interesse do povo, dos funcionários públicos. Mas os deputados não aparecem, como se os salários estivessem atrasados. A gente precisa trazer vergonha na cara para dentro desta Assembleia. (Palmas)

Este Poder consome R\$ 540 milhões! Olhem a quantidade de dinheiro: R\$ 540 milhões por ano! Para produzir o quê, pelo amor de Deus? Eu fico aqui andando de um lado para o outro para não ter sono, para não dormir. Na verdade, o que é que estamos fazendo aqui? Ontem, como eu disse há pouco, eu tive que derrubar a sessão porque só havia quatro deputados presentes a esta Casa. Dos 63, só havia quatro.

O Sr. Alex Lima:- Questão de ordem.

O Sr. Targino Machado:- Então, excelência, quero, nesta questão de ordem, solicitar uma verificação de quórum para a continuidade desta sessão e dizer a alguns deputados que têm se manifestado, de forma até ácida, contra o povo, que não é a Oposição que está emparedada. Quem está emparedado são aqueles que estão defendendo a imoralidade contra o povo da Bahia. (Palmas) E vão ser emparedados para o ano, no dia 7 de outubro, com fé em Deus. Esta Casa precisa ser renovada, é preciso trazer gente nova para esta Casa. (Palmas) Que o povo acompanhe o mandato de todos e de cada um, que o povo acompanhe, porque pau que nasce torto, até as cinzas são tortas; espinho que tem de furar, de pequeno a gente tira a ponta. Vamos tirar a ponta daqueles que estão com a coragem de subir ali para defender esses dois projetos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

O Sr. Alex Lima:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V. Ex.^a será atendido.

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente, apenas para esclarecer e contraditar o deputado Targino Machado, eu concordo com o deputado Targino Machado em que o povo tem servido muito à classe política, a todos os políticos, porque imagino que no processo democrático ninguém estaria aqui se não fosse justamente o povo. Defendo, presidente – até por ter 34 anos, estar no meu primeiro mandato –, uma nova forma de fazer política, em que a população cobre. E é isso que estamos vendo hoje nas redes sociais. Mas não podemos, Sr. Presidente, impor a falta de respeito a esta Casa. Eu queria – inclusive, se a *TV Assembleia* pudesse fazer um registro – dizer que há pouco fui chamado de vagabundo, bandido, um companheiro das Galerias me chamou até de gordinho, estou até achando que estou com um pouco de excesso de peso, mas isso é *bullying*, queria pedir também que não fizessem isso com este parlamentar que está sofrendo. Mas dizer, Sr. Presidente, que essa falta de respeito não é com o deputado Alex Lima. Sou daqueles que acham que a democracia tem uma série de problemas, mas não existe regime melhor.

Então, eu acho que precisamos é manter o respeito a esta Casa. Não adianta... Sou daqueles que defendem o povo, mas defendo o respeito. Eu aprendi em casa que a gente precisa respeitar para ser respeitado.

Acho legítima, presidente, qualquer forma de manifestação. Presidente, só queria que V. Ex.^a garantisse meu tempo. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Seu tempo será garantido, deputado.

O Sr. Alex Lima:- Quero dizer, Sr. Presidente, que eu respeito qualquer forma de manifestação. Inclusive, as manifestações dos aliados do meu colega, deputado Prisco, acho legítimas. Mas não podemos, esta Casa não pode permitir, presidente, as ofensas, os xingamentos a parlamentares de qualquer partido, seja da base do Governo ou da Oposição. Porque eu digo, presidente, que a Oposição, no Estado, faz parte de um governo e apoia um governo que tem mais de 90% de rejeição, que é o governo do presidente Michel Temer. Mas V. Ex.^a nunca vai ver este parlamentar incentivar qualquer forma de agressão, de desrespeito...

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Por favor, um parlamentar está ao microfone. Ele pode falar, é o trabalho dele! Vocês têm que respeitar o parlamentar! Por favor! Por favor!

O Sr. Alex Lima:- Então, presidente, apenas agradecendo a tolerância de V. Ex.^a, apenas para pedir que nós tenhamos um respeito mútuo, que as pessoas se manifestem, demonstrem a sua insatisfação, mas eu acho que esta Casa, assim como o povo, merece respeito, e não é o deputado Alex Lima quem está sendo desrespeitado, é o Poder Legislativo do Estado da Bahia.

Queria pedir a V. Ex.^a para zerar o painel, contar o tempo regimental de 15 minutos e convidar todos os parlamentares para se fazerem presentes, porque há um pedido de verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Há um pedido de verificação de quórum para continuidade da sessão. Por favor, tempo regimental de 15 minutos no painel.

Srs. Deputados que estão no gabinete, na sala do cafezinho, favor comparecerem ao Plenário da Casa para uma verificação de quórum de continuidade da sessão.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.) (Pausa)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- sr. Presidente, queria pedir aos deputados e deputadas que se encontram no cafezinho, nos gabinetes, que possam estar presentes aqui para dar continuidade à presente sessão, atendendo a um pedido de verificação de quórum do deputado Targino Machado, contraditado pelo deputado Alex Lima.

Queria dizer que eu entendo e é regimental o pedido de verificação de quórum, mas, às vezes, o fato de o deputado não estar na Casa no momento da sessão não quer dizer que é um desrespeito. Às vezes, ele está atendendo alguns deputados, atendendo às demandas no seu gabinete, mas, no momento da votação, sempre estão aqui para atender ao chamamento dos debates dos projetos que tramitam na Casa.

Eu levanto isso, mas tenho um respeito grande pelo deputado Targino. Porque fica parecendo que o deputado, às vezes, não está aqui no momento por conta de qualquer tipo de descaso com esta Casa. Não é isso! Às vezes o deputado... Ontem, por exemplo, todos os deputados estavam numa atividade, também importante, com os prefeitos e prefeitas, no sentido de atendê-los nos projetos de interesse da sociedade, dos seus municípios. Ou seja, os deputados não estão brincando. Eu quero aqui fazer esta defesa.

Outra coisa, e aqui me solidarizando com o deputado Alex Lima, do ponto de vista dessa questão do respeito ao Parlamento... Porque aqui eu chamo o testemunho do deputado Prisco. Hoje é muito bacana alguns deputados fazerem discurso em defesa dos policiais militares – fazerem esse discurso aqui –, mas na hora da luta dos trabalhadores, em relação aos seus movimentos, eu não vejo nenhum desses deputados nesse movimento. Eu, aqui... Podemos ter todas as contradições, do ponto de vista de pensamento e tal, mas eu estou sempre junto dos movimentos, defendendo os seus interesses. É lógico que, às vezes, a gente quer 100, e não consegue 100; chegamos a 50, chegamos a 70 ou, às vezes, a gente não consegue, mas é legítima a movimentação dos trabalhadores pelas suas reivindicações. Agora, é preciso criar um movimento em que as instâncias sejam respeitadas.

No momento da greve dos servidores da Polícia Militar, foi quando os deputados do Governo... que o deputado Prisco dialogou para que a gente encontrasse um caminho para abrir as negociações com o governo do Estado. Estávamos lá nos eventos e nas reuniões com os interessados. Por isso, às vezes, eu vejo alguns deputados fazendo aqui um discurso oportunista, porque na hora do movimento, na hora em que as coisas estão acontecendo, quem está do lado da luta dos servidores não são aqueles que fazem o discurso aqui para receberem os aplausos aqui nesta Casa Legislativa.

Quero me solidarizar com o deputado Alex Lima para dizer que esta Casa precisa ser entendida dessa maneira, é uma Casa do povo, é uma Casa que tem que receber todo mundo, mas tem que haver respeito mútuo. E o que debatemos aqui, o que votamos, obviamente, tem que ser respeitado, e nós vamos, obviamente, debater. Se as pessoas não estão satisfeitas com o determinado deputado a, b ou c, a hora de contradizer isso é no momento da eleição. Não vote no deputado, vote em outro deputado, o que achar que está mais próximo dos seus interesses. Mas o respeito ao Parlamento é preciso ser colocado, é preciso ser dado para que a nós tenhamos também que fazer um movimento em respeito a todas as pessoas que chegam ao Plenário desta Casa.

Por isso, meu querido deputado Sandro Régis, eu queria, mais uma vez, pedir a...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- O tempo já foi...

O Sr. Rosemberg Pinto:- o.k. Então, eu agradeço pelo tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o nobre deputado Marcelo Nilo pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. MARCELO NILO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Brasil vive hoje, sem dúvida nenhuma, sua pior crise econômica, fruto de uma grave crise política. O povo brasileiro foi no computador e elegeu o seu presidente da República – elegeu por quatro anos. Cinquenta e quatro milhões e meio de votos depositaram a confiança na presidenta Dilma. Cinquenta milhões, mais ou menos, votaram no senador Aécio Neves.

A presidenta não vivia um momento bom, nem político nem econômico; a presidenta passava por momentos difíceis em sua gestão. Mas é justo que 367 deputados, ou seja, 367 pessoas, joguem na lata do lixo 54,5 milhões de votos? E esses 367 deputados federais que condenaram a presidente Dilma por pedaladas fiscais – menos de 1% do povo brasileiro sabe o que significa –, esses mesmos parlamentares mantiveram o presidente que não teve um único voto, envolvido, segundo o Ministério Público, em lavagem de dinheiro, corrupção passiva e formação de quadrilha. Vou repetir: os 367 deputados que cassaram a presidente Dilma mantiveram o presidente Michel Temer, um dos piores presidentes da história do País. E todos nós sabemos que a maioria desses parlamentares manteve o presidente,

que está envolvido em corrupção, em troca de emendas parlamentares. Ou seja, pensaram exclusivamente no próprio umbigo.

É justo que você seja eleito deputado federal e chegue ao Congresso Nacional, à Casa do Povo, e não vote pelos interesses do cidadão ou da cidadã? Que vote exclusivamente pensando na sua reeleição ou no seu bem-estar, e jamais pensando no povo brasileiro?

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós vivemos uma crise econômica, fruto de uma crise política. Eu não creio e nem acredito que o Brasil vá se recuperar em sua economia, se não se recuperar na política. Como o presidente da República, que tem 97% de rejeição, pode fazer as transformações com as reformas que o Brasil precisa?

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero aqui dizer, em alto e bom som que me preocupo bastante com o ano de 2018. O ano de 2017 foi terrível para a economia do nosso País! O desemprego aumentando, a gasolina sobe praticamente toda a semana, o gás de cozinha sobe praticamente toda a semana, a luz sobe praticamente toda semana; e os índices de governo dizem que a inflação está sob controle. Talvez estejam sob controle os produtos da elite brasileira, mas o povo, que vive do salário-mínimo, podem ter certeza absoluta de que suas dificuldades são cada vez maiores.

Quero, Sr. Presidente, dizer que haverá eleição no próximo ano, que o povo brasileiro deve lembrar que os parlamentares que estão no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas são frutos da decisão do próprio povo. Você pode errar, você não pode é persistir no erro. Você pode se equivocar, você não pode é persistir no equívoco.

É preciso que cada cidadão e cada cidadã tenham a noção exata da importância de colocar no Congresso Nacional, nas Assembleias, nos governos dos Estados, pessoas comprometidas com a sociedade.

Eu só acredito nos políticos se ele gostarem de gente. Aliás, você só deve ser político se nas suas veias correr a vontade de servir ao próximo, não apenas por vaidade. Claro, que todos nós somos vaidosos. Não existe um único político, vereador, deputado, prefeito, governador, presidente, que não seja vaidoso. Mas a vaidade não pode ser a principal característica do político. A principal característica do político é servir, principalmente aos mais necessitados.

Sei que a política não está fácil. Sei que é difícil você ser político hoje, mas é preciso compreender que é através da política que você leva água, você leva energia a lugares economicamente inviáveis.

A vida pública nos dá grandes tristezas. Qual o político que não acordou triste ou dormiu triste? Mas a vida pública também nos dá grandes alegrias. E entre essas grandes alegrias está o fato de você levar água, você levar energia, você levar um posto de saúde, você levar uma escola, principalmente para zonas do interior do Estado, especialmente a zona rural.

Porque, deputado Targino, a situação hoje, além de não estarmos bem politicamente, não estarmos bem na economia, a seca que atinge a Bahia é, sem dúvida nenhuma, sem precedentes.

Choveu em algumas áreas, mas a maioria esmagadora do território baiano continua seca. No Nordeste, no Semiárido, no Raso da Catarina, estamos com grandes dificuldades, porque os rios, praticamente todos os rios da Bahia, estão abaixo da expectativa do mês de novembro. O Rio São Francisco chegou ao máximo de ter apenas 3% de volume útil. O Vaza-Barris praticamente cortou; no Itapicuru, você anda a pé porque, infelizmente, a vazão está reduzida, salvo engano, para 13%.

Nós estivemos com o presidente da Cerb esta semana e ficamos bastante preocupados. Na cidade de Nordestina, existe uma mina de diamante. Lá, uma empresa que gera empregos, que gera dividendos para a economia do município e do Estado, infelizmente, está prestes a fechar, porque está faltando água.

Claro que a prioridade do governo é o ser humano, mas também temos que pensar que essas empresas que geram riquezas, geram empregos, e os empregos é que dão a noção exata da nossa economia. E uma vez que nesses pequenos municípios nós não temos indústria, nós não temos um comércio forte, quando se tem uma indústria ou uma empresa e elas fecham, as dificuldades são enormes.

No município de Ponto Novo havia uma indústria que tinha bananas, inclusive sendo exportadas. A empresa foi obrigada a fechar porque faltava água. E quando fez o seu projeto, fez próximo da Barragem de Ponto Novo, mas, infelizmente, pela redução do volume de água, pela redução da vazão dos rios, as empresas estão passando por dificuldades.

Por isso, Sr. Presidente, vivemos um momento difícil no nosso País. Vivemos o momento, talvez, mais crítico da história do Brasil na era da República. Um presidente sem credibilidade, um presidente envolvido em corrupção, um presidente que quer fazer uma reforma na Previdência para penalizar aqueles que mais precisam.

Quer fazer uma reforma na Previdência só para tirar, aumentar a idade mínima, aumentar a contribuição, penalizar as mulheres. Talvez as pessoas que decidam no Congresso Nacional não tenham a noção exata do que é uma mulher acordar, pegar uma enxada e trabalhar na zona rural para plantar o milho ou o feijão. O sonho dela é concluir o seu trabalho e se aposentar. E quando está prestes a se aposentar, vem uma nova reforma para que ela tenha que trabalhar mais cinco, dez anos.

É isso que está acontecendo no Brasil, a instabilidade política do nosso País, a instabilidade econômica do nosso País. Faz-se uma reforma trabalhista para tirar os direitos adquiridos dos trabalhadores, se faz uma reforma da Previdência para tirar daqueles que mais precisam, para tirar dos mais necessitados. Agora, pensam em fazer uma reforma tributária e, podem ter certeza, é para penalizar o Nordeste. Porque quando se faz reforma é para proteger os sulistas, é para proteger São Paulo, é para proteger o Rio de Janeiro, é para proteger o Paraná e Santa Catarina. E nós,

nordestinos, vivemos sob a falta de proteção política daqueles que chegam ao Congresso Nacional.

Se se faz uma reforma, é para trazer para os Estados que mais precisam, é para, novamente, a região nordestina voltar a ter alegria de ter uma economia forte. Porque, infelizmente, o Nordeste é a região mais penalizada pela atual política do nosso País.

Concluo, Sr. Presidente, agradecendo a V. Ex.^a e dizendo que as dificuldades são enormes, mas ninguém resiste ao trabalho. Vamos trabalhar para que nós possamos fazer o Brasil voltar a crescer.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PMDB-PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Targino Machado pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, pessoas presentes às Galerias, Srs. Funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, esta Casa, às vezes, me traz frouxos de riso, porque é mesmo muito contorcionismo verbal para justificar o injustificável. Esse desgraçado desse presidente Michel Temer, tão logo ele assumiu, vim a esta tribuna e fiz um discurso duro, que encerrei dizendo: “Xô, Satanás!” Porque esse Temer é um satanás, forjado no subterrâneo da política, forjado presidindo um partido, o PMDB, que se apropriou do poder sem nunca ter se lançado nos últimos anos nem ter participado de uma eleição. Mas, fosse qual fosse o governo, fosse qual fosse o presidente da República eleito, lá estaria o PMDB como o dono do poder.

Então, de forma clara, já coloquei aqui por diversas vezes a minha posição a respeito do Temer. Não posso compará-lo a Ali Babá e os 40 ladrões porque não quero mergulhar no imaginário popular e enodoar a imagem de Ali Babá e os 40 ladrões, comparando Michel Temer a eles.

Na verdade, tomou conta do País uma quadrilha, liderada por Michel Temer, mas que ontem foi liderada por Lula, que foi o protagonista maior de toda essa roubalheira, essa gatunagem. Foi Lula quem cooptou Michel Temer e a sua quadrilha e os encastelou no Palácio do Jaburu, no Palácio da Alvorada, no intestino do organismo governamental. Mamaram nas mesmas tetas, se alimentaram do mesmo sangue brasileiro, surrupiando as nossas energias, as nossas forças, sendo todos cúmplices da desgraça das crianças que estão sem estudar ou sem se alimentar ou que estão, por falta da ingestão de proteína na primeira infância, comprometendo o

computador cerebral e se transformando em jovens portadores de oligofrenia hipoproteica por causa do roubo, da corrupção e do desvio do dinheiro. Isso não é privilégio de Temer; isso, acredito eu, sempre existiu neste Brasil, desde Cabral, mas não é o Cabral que está preso, é o Cabral que descobriu este Brasil.

A corrupção nunca foi tão banalizada, nunca se roubou de forma tão descarada, e nunca antes, neste Brasil, eu vi uma legião de políticos cínicos ainda defendendo a roubalheira e, às vezes, na cara, no bigode dos eleitores, dos donos dos nossos mandatos, porque este mandato não é meu. Eu tive 67.574 mil votos. Eu não devo esse mandato a outra coisa que não seja a fidelidade aos meus discursos, que para aqui me trouxeram. A fidelidade absoluta às minhas ideias, as ideias que desfraldei em praça pública, foram essas que me trouxeram para cá.

Me chamem de doido e me chamem de polêmico, mas eu vou continuar assim. Enquanto eu estiver assim, eu estarei sob o manto da honra e da dignidade. Eu não vou me desviar. Não vou me desviar, seja lá qual for a vontade do governante daqui, dali ou dacolá, porque nada me fará desviar do caminho que acho que reputo correto.

Ontem, eu mandei um recado aqui e acho que os deputados não entenderam, sobre quem não está à altura deste mandato e quem não está frequentando esta Casa. Estamos vendo ali no painel: 56 deputados presentes, e contem quantos estão aqui. Isso é desde o início da sessão.

Eu quero dizer aos Srs. Deputados, primeiro: que eu não acho onde esconder a minha vergonha por ter votado também num ladrão, mas eu votei no ladrão do Aécio sem saber que era ladrão. Eu não voto em ninguém investigado pela Lava Jato nem por nenhum processo investigatório.

Nós precisamos ter vergonha na cara! Nós precisamos entender que, a não ser que o deputado esteja protegido pela vigência de uma licença médica, não aceito qualquer outra justificativa para que ele não esteja presente. E hoje o deputado Rosenberg Pinto defendeu os ausentes dizendo que o único lugar para deputado trabalhar não é aqui no Plenário. Isso é falta de vergonha. Por isso eu defendo a presença pelo sistema biométrico que o deputado Coronel prometeu e não fez, mas eu estou esperando e cobrando.

O deputado Coronel falou e fez desfilar nos *outdoors* pela Bahia toda que ia cortar o ponto. Eu não acredito em mula-sem-cabeça, Papai Noel e lobisomem. Estou querendo que alguém me mostre um contracheque com desconto nesta Casa. Seria uma economia formidável para a Bahia se descontassem o ponto dos deputados nesta Casa. Lugar de deputado é aqui. E são 3 horas e 30 minutos, apenas, uma sessão ordinária.

Vejam por quanto está saindo cada hora de cada deputado e comparem com os salários que há aí fora no mercado. Nós somos muito bem remunerados e a maioria não quer trabalhar. Eu não vou parar de falar, porque, mesmo falando, as coisas aqui estão acontecendo desta forma. Até o dia 14, eu tenho isso por certidão, foram 112 sessões ordinárias, e apenas 17 chegaram a seu fim. O restante, todas caíram por falta

de quórum, ou seja, pela falta da presença de pelo menos 1/3 dos Srs. Deputados. Isso é vergonhoso e não dá para defender.

Eu quero dizer que vim hoje para esta Casa, escrevi um discurso e queria fazer esse discurso lendo, por uma razão: eu ia apontar o dedo hoje contra a Oposição, porque acho que ela também não está cumprindo o seu papel nesta Casa.

Que o Governo falte, mas que a Oposição esteja presente, porque o papel de deputado do Governo é este mesmo, defender o governo, mas nós, da Oposição, o nosso papel é defender a Bahia e os baianos. Quem tem que defender as minorias aqui não é a Maioria, quem tem que defender somos nós, que somos deputados da Oposição, e eu não estou vendo isso. A Oposição não está passando para a rua, levando para a rua o sentimento de oposição, porque esta Casa está sem brilho, esta Casa está sem discussão, discussões maiores. Esta Casa está sonolenta, anestesiada, e eu vou continuar falando mesmo que seja transformado, como já fui, num patinho feio. Eu não quero é ser igual àqueles que não cumprem o seu dever e o seu papel.

Viva a Bahia! (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Concedo a palavra ao Líder do Bloco Parlamentar PSL-PROS para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Angelo Almeida:- Sr. Presidente, o deputado Luiz Augusto falará por 8 minutos e o deputado Antônio Henrique, por 3 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Falará o maior pecuarista da Casa, o deputado Luiz Augusto, pelo tempo de 8 minutos, e o nobre deputado Antônio Henrique Jr., do município de Barreiras, por 3 minutos.

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- Sr. Presidente, quero destoar um pouco do assunto da votação. Quero me ater à discussão, de ontem para cá, sobre os TCMs – Tribunais de Contas dos Municípios, também o daqui do Estado da Bahia.

Quando aconteceu o movimento nesta Casa, onde estiveram presentes 350 prefeitos, nos fizeram uma pauta, com o presidente da UPB, nos pediram duas coisas para o Tribunal de Contas dos Municípios: uma, que retirassem do índice de pessoal os programas sociais do governo federal; e, outra, considerar uma parte dos serviços terceirizados no índice de pessoal e a outra parte, como material.

E eu estava como presidente naquela época. Estive com o presidente Francisco Neto, fui recebido, conversamos, discutimos alguns pontos, Eures Ribeiro mandou apenas dois Estados que estariam fazendo a parte dos programas sociais, que seriam Minas Gerais e Paraná – com dados mais consistentes de Minas Gerais –, que estavam aplicando essas normas.

Conversei com ele e com outros conselheiros, um a um, para tentar, também, ver o sentimento de cada conselheiro na Casa, para que pudéssemos dar uma resposta

e fazer uma cobrança, também, ao Tribunal de Contas de uma coisa que estava sendo feita em todo Brasil, e não apenas na Bahia.

No final de semana passado, houve o congresso de todos os Tribunais de Contas em Goiânia, que terminou dia 24, se não me engano. Pessoas da Bahia foram no sentido de colher informação sobre o que estava acontecendo nos outros Estados, para que a Bahia não fosse o único Estado a destoar dos demais da nossa Federação.

Não adianta apenas tirar os programas sociais. Já tive o cuidado, com os contadores, com o pessoal do TCM e com os conselheiros do TCE, de ver alguns números, alguns dados, senão ficamos falando muita coisa que não vai resolver lá na frente.

Por exemplo, os programas sociais não chegam a 4% do total do pessoal. Se, hoje, o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia já está considerando, a sua maioria, cinco conselheiros já consideram, não 54%, como a lei diz, mas, sim, 60,9%, significa que se tirar cerca de 4%, depende do tamanho do município – há uma variação de 3%, até um pouco mais, até 5% –, não irá resolver o problema do Tribunal de Contas dos Municípios, não vai resolver o problema das Prefeituras, dos municípios. Aí, é matemática. Se a diferença que ele está considerando a mais já é 6,9, e se essas despesas representam em torno de 4%, vai exceder ainda a folha de pessoal.

A parte dos terceirizados, como os Tribunais de Contas dos Estados fazem, e a Bahia também já faz isso – considera uma parte como pessoal e uma parte como outros custeios, outras coisas. Essa parte, quem diz é o próprio município, em sua contabilidade, que os contadores mandam para lá. E eles têm aceitado o que os contadores têm colocado, desde que provem aquilo que estejam falando.

Então, não adianta fazermos esse discurso: “Vamos acabar com o Tribunal de Contas dos Municípios, vamos acabar com não sei o quê, que vai economizar R\$ 200 milhões”.

O Tribunal de Contas do Estado não vai precisar dos técnicos para olhar essas contas dos municípios? Claro que vai. Então, a economia não é essa. Talvez a economia seja apenas os salários dos conselheiros? Será que esse é o x da questão? Não é o x da questão, não é o x da briga, e não deve ser o x da briga desta Assembleia em relação ao Tribunal de Contas dos Municípios.

Temos, sim, que conversar, pegar números em todo o Brasil, porque os números falam mais do que tudo. Ver como se está fazendo nos outros Estados, para que cheguemos a um consenso e o Tribunal de Contas passe a contar o que realmente é a média do Brasil ou é a maioria dos Estados brasileiros.

Acho que tem de ter maturidade para saber conversar. Não é um problema político, isso não pode ser uma bandeira política, tem de ser uma decisão boa para todos os municípios.

Outra coisa que impacta muito: terceirizados. Hoje, uma grande parte das Prefeituras acaba contratando terceirizados para diminuir esse impacto na folha, mas isso custa muito mais para a Prefeitura lá na ponta. Vai ter de contratar pessoas, pagando o lucro da empresa e todas as obrigações sociais que a empresa terá que pagar. A empresa não vai trabalhar sem colocar suas obrigações sociais em cima do que ela contratou, senão ela quebra.

E quem obriga a fazer isso? Às vezes, é o Ministério Público, que diz que tem de fazer concurso para encher, e a Prefeitura não quer fazer o concurso, não pode contratar REDA, porque é por um tempo, e acaba contratando as terceirizadas. Aí, fica um bolo.

Temos de ter clareza neste País, temos de ter clareza para que os administradores possam administrar, e o prefeito não estar com medo de a toda hora ser chamado de ladrão porque não foram aprovadas suas contas. Não tem sentido. Muitas vezes as contas do prefeito são desaprovadas, mas não tem nada a ver com ele, às vezes, são os números.

Outro dado, por exemplo, que tem sido muito desaprovado nas contas: restos a pagar de, às vezes, obrigações com o INSS, que vêm de lá de trás, vêm de muito tempo. E quando chega ao final do mandato, o prefeito não tem como renegociar com o INSS porque não consegue pagar as parcelas. E se ele não renegociar esse período que passou, 10, 15, 20 anos para trás, essa conta acaba vindo toda, como se ele deixasse restos a pagar. Aí, as contas dele serão reprovadas, porque, não tem jeito, a matemática não fecha.

Ou seja, o cara não tem dinheiro para pagar, o município não tem dinheiro para pagar, e as contas serão rejeitadas por um débito que não foi causado por ele, mas, sim, ao longo de 20, 30 anos.

Temos de sentar com o Tribunal de Contas, não importa se ele acaba ou não, se vai virar TCE ou não. Temos de conversar com essas pessoas para que haja uma norma que seja seguida por todos. Já existe em Brasília um projeto de lei tentando mudar isso. Tomara que mude lá para ajudar aqui. Mas nessa hora não temos de esticar a corda. Essa é a hora de olhar dados, olhar números, refletir e fazer o que é bom para os municípios, para o Estado brasileiro, porque não tem cabimento estarmos desaprovando uma quantidade de contas porque que a receita caiu e não se pode demitir, esse tipo de coisa.

Não estou, aqui, defendendo o TCM, uma bandeira ou o que está fazendo. Estou defendendo a conversa, e pressionar-se para que o TCM chegue a uma solução que seja normatizada em todo o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Quero parabenizá-lo por seu pronunciamento, deputado Luiz Augusto, um dos mais produtivos desta tarde. Parabéns.

Com a palavra o deputado Antônio Henrique Jr. por até 3 minutos.

O Sr. ANTÔNIO HENRIQUE JÚNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, ouvi a fala do deputado Luiz Augusto e concordo com ele. Conheço vários municípios, Luiz Augusto, que já têm em seus índices mais de 70% só de concursados.

Então, temos de rever isso, ver como podemos, através do Tribunal de Contas, juntar esses municípios, sentar com os conselheiros e, conversando com eles, dialogando, obter uma saída. É importante arrumarmos uma saída, porque os municípios estão passando por dificuldades. E uma das causas das rejeições de contas é o índice de pessoal, e passa como se todo mundo estivesse roubando, fraudando alguma coisa, e não é – é só o índice de pessoal. Então, nós temos que conversar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, também quero, aqui, nesta tarde, agradecer ao governador Rui Costa pelos convênios assinados ontem à tarde, vários convênios importantes para municípios da Bahia, no valor de mais de R\$ 80 milhões. Quero agradecer ao governador porque lá, no Oeste, foram assinados mais de R\$ 12 milhões em convênios para as Prefeituras do Oeste. Só a Prefeitura de Barreiras, em parceria com a Embasa, vai levar água tratada para os grandes povoados, vários povoados, o que vai custar mais de R\$ 6 milhões.

Então, quero agradecer ao governador Rui Costa por ter atendido à nossa indicação para esses grandes povoados, Gameleira, Barroão de Cima, Barroão de Baixo, Bebedouro e Passagem Funda. Estamos levando água tratada, água de qualidade, porque água é saúde. É isto que o governador Rui Costa e o vice-governador João Leão têm feito: levar água, energia, ponte, a construção de mercados para o pequeno produtor, estradas e pavimentação asfáltica.

São vários convênios para Prefeituras da região. Foram beneficiadas as Prefeituras de Santana, Santa Maria, São Félix do Coribe, Cotegipe e Wanderlei, todas essas, e mais Barreiras e São Desidério. Também estamos levando água tratada para o grande povoado, o grande distrito que é o Sítio do Rio Grande, que não tinha água tratada. Estamos colocando água tratada lá. Custou mais de R\$ 1,8 milhão, em parceria com a Embasa. Então, é isso que o governador Rui Costa está fazendo. Parabenizo-o mais uma vez.

Também estamos levando água tratada para Mansidão, para três povoados importantes: Barreiro, Rio do Meio e Iguaí. Então, é isso que estão fazendo meus amigos, meus deputados. Então, quero parabenizar.

Na semana retrasada, também assinamos lá vários convênios importantes para a região Oeste, para toda a Bahia. Quero, aqui, agradecer ao governador Rui Costa e ao vice-governador João Leão.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria, ou ao Líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT, para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Angelo Almeida:- Sr. Presidente, falarão a deputada Maria del Carmen, por 6 minutos, e o deputado Zó, por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Com a palavra a deputada Maria del Carmen pelo tempo de até 6 minutos.

A Sr.^a MARIA DEL CARMEN:- Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Deputados, servidores, os que nos assistem pela *TV Assembleia*, senhores presentes às Galerias, nesta tarde já vários deputados subiram a esta tribuna para falar de intervenções, de ações que o governador Rui Costa tem realizado em nosso Estado e que têm trazido benefícios – ações, novas construções –, mudando a vida dos baianos.

Hoje, pela manhã, nós participamos de mais um desses atos, a entrega no Centro Histórico de Salvador, no centro antigo de Salvador. Visitamos com o governador várias ruas pavimentadas, passeios, calçadas novas, ampliando essas calçadas, drenagem, piso tátil, para garantir que as pessoas com deficiência visual possam circular com segurança, mudando a realidade dessas áreas centrais, deixando apenas de ser o Centro Histórico, o centro tombado, efetivamente, da área do Pelourinho, para se expandir por essa área do centro da cidade, essa área que tem ainda um patrimônio extraordinário, mas que foi, ao longo dos anos, bastante relegada.

O governador Rui Costa... Na oportunidade, a presidenta Dilma ainda governava este País, essa nossa presidenta que, infelizmente, um golpe a tirou do poder, deputada Neusa Cadore, de forma tão irresponsável, sem atender e sem respeitar o voto da maioria da população brasileira, que a elegeu com 54 milhões e meio de votos, e em nenhum processo contra ela absolutamente nada foi provado. Com certeza, o peso de ser uma mulher também interferiu nesse processo. Como é de costume, nós, as mulheres, ficamos sempre em segundo plano.

Mas essa obra, os recursos foram captados naquela época e já estavam à disposição, já estão à disposição na Caixa Econômica, decorrente de um contrato realizado entre o governo do Estado e o governo federal. E eles atendem a mais de 270 ruas do centro antigo. São obras, intervenções, de mais de R\$ 140 milhões.

Isso demonstrou claramente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o governo do Estado, com o governador Jaques Wagner e, agora, com o governador Rui Costa, não perdeu qualquer oportunidade, deputada Neusa, de usar os recursos que foram disponibilizados, que foram colocados à disposição dos Estados para serem captados. Esse é um dos exemplos.

Não é papel do Estado fazer calçada, pavimentar ruas, fazer drenagem. Isso é papel do município. Mas se o município não tiver a capacidade de buscar esses recursos, de captar esses recursos para fazer as intervenções que eram necessárias e que são necessárias, o Estado faz essa captação de recursos e coloca em prática.

Na semana passada, ele entregou várias ruas da área dos Barris; já entregou no Barbalho, na Baixa dos Sapateiros – realizou toda a urbanização, reurbanização da Baixa dos Sapateiros, deixando visível um dos imóveis, um dos prédios mais bonitos daquela região da Saúde, que é onde funciona um abrigo de idosos, o Abrigo Santa Izabel, que é de uma beleza enorme. Qualquer baiano que olhe para aquela região fica encantado. Ele realizou uma praça nessa área.

Os largos do Pelourinho estão sendo entregues e vão ser entregues amanhã à população. O governador irá ao Centro Histórico para entregar novas praças na área, aí, já na área tombada, na área do Centro Histórico tombado.

Portanto, diversas intervenções vêm sendo realizadas para ajudar a modificar a face desta cidade.

Creio que o governador faz em Salvador algo extraordinário. Mas não só pensa na mobilidade, na entrega do metrô, que é uma realidade concreta, e até o início do próximo ano nós estaremos chegando de metrô à estação do aeroporto, garantindo, portanto, Salvador como a única capital brasileira em que se irá de metrô do seu centro até o aeroporto. É uma conquista enorme para a população de Salvador e para aqueles que nos visitam.

No prazo máximo de 90 dias será iniciado o trecho 2 da Linha 1, que é a linha que vai – com sua tolerância, Sr. Presidente – até Pirajá e se estenderá, agora, até Águas Claras-Cajazeiras, garantindo àquela população do miolo da cidade o acesso, também, a um transporte de qualidade e com rapidez.

Portanto, Sr. Presidente, essas são algumas das intervenções que o nosso governador Rui Costa vem fazendo nesta cidade, porque, ao mesmo tempo em que está aqui, em Salvador, entregando obras, visitando obras, está no interior, entregando obras também ao povo da Bahia.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles):- Com a palavra o nobre deputado Zó pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ZÓ:- Colegas deputados e deputadas, imprensa, público, servidores, o que me traz aqui, hoje, Sr. Presidente... Não vou falar do Rio São Francisco, não, mas só para lembrar que a água está subindo no Lago de Sobradinho. Essa é uma notícia boa.

Mas tenho escutado aqui muita fala em cima de corrupção, segurança. E venho hoje tratar de um assunto de alguém que foi vítima por conta do combate à corrupção.

Falamos muito aqui da corrupção dos políticos, da corrupção do poder encastelado, mas vou falar aqui de um outro tipo de corrupção, porque no dia 5 haverá uma vigília. Vocês imaginem que em julho de 2010, há sete anos, Paulo Colombiano, que era o tesoureiro do Sindicato dos Rodoviários, foi assassinado; e os nomes dos assassinos vou citar aqui. Claro que com assassino solto corremos risco. Se o assassino matou há mais de sete anos e continua na rua, ele pode me matar também, pode matar qualquer outro cidadão ou cidadã.

Os assassinos são: Claudomiro César Ferreira Santana, Cássio Antônio Cerqueira Santana, os mandantes; Edilson Duarte de Araújo, Adailton Araújo de Jesus e Wagner Luís Lopes de Souza, os executores. Sabem por que eles mataram? Porque havia uma fraude, através do plano de saúde, nos Sindicatos dos Rodoviários. E Paulo Colombiano resolveu investigar essa fraude.

Esses dois mandantes são, exatamente, os donos desse plano de saúde, que fraudaram um volume de recursos grande no sindicato, milhões. Quando Paulo assumiu como tesoureiro do Sindicato, resolveu investigar. Havia uma série de pagamentos de taxas, uma série de outras coisas que não tinham comprovação do destino. E, simplesmente, eles mandaram executar Paulo Colombiano, e junto com Paulo Colombiano, executaram a sua esposa, a companheira Catarina Galindo.

Pois no dia 5 vai haver novamente, no Tribunal de Justiça, uma audiência que deve levar a júri popular os mandantes e os assassinos, e nós vamos estar lá, fazendo essa vigília.

Trago este assunto à Assembleia Legislativa, que tanto fala em combate à corrupção, que tanto fala, corretamente, na questão da segurança, para que abrace essa discussão, porque foi no combate à corrupção que Paulo Colombiano foi morto. Foi exatamente tentando fazer com que se barrasse esse tipo de conduta que o Paulo Colombiano foi morto. Era algo em torno de R\$ 106 milhões, pagos de 2005 a 2010. Desse total, R\$ 35 milhões só com taxas administrativas. Ele teria descoberto dívidas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal, e diminuído despesas geradas por esses atos.

Então, estou tratando do assunto aqui porque Paulo era um sindicalista, um militante do PCdoB, como Catarina, e combateu exatamente o que a sociedade mais prega hoje. Os seus assassinos – vou repetir os nomes porque são assassinos perigosos – são Claudomiro César Ferreira Santana, Cássio Antonio Cerqueira Santana, Edilson Duarte de Araújo, Adailton de Araújo de Assis e Wagner Luís Lopes de Souza, que praticaram esse crime há mais de sete anos e continuam nas ruas.

Claro: dia 5, vamos estar em vigília, pedindo justiça, clamando por justiça, junto com o Sindicato dos Rodoviários, junto com a famílias de Catarina Galindo e de Paulo Colombiano, para que esses assassinos cruéis, violentos, que estão nas ruas e que ainda não foram presos depois de sete anos, possam ser presos e não continuem matando as pessoas, como fizeram com Catarina e Paulo Colombiano.

Então, quero deixar esse registro. Dia 5, a partir do meio-dia, vigília para que seja feita justiça pela morte do companheiro Paulo Colombiano e de Catarina Galindo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar Democratas/PV para falar ou indicar orador pelo tempo de até 11 minutos.

Não havendo orador, com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria, ou do PT, para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Angelo Almeida:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 6 minutos o deputado Zé Raimundo e por 6 minutos, a deputada Fátima Nunes.

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles):- Com a palavra o deputado José Raimundo pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, ouvi ontem a declaração do presidente desta Casa, nobre deputado Angelo Coronel, acerca dessa questão do Tribunal de Contas dos Municípios. Na verdade, acho que o presidente, naquele momento, não foi muito feliz, porque são duas coisas diferentes. Nestes dois últimos anos, tive oportunidade de ser relator das contas do TCM e, segundo o comentário lá, foi a primeira vez que um deputado foi ao tribunal. Fiquei um dia inteiro com o Dr. Aloísio, me informando e tomando conhecimento. Neste ano, também estive com o presidente do tribunal, levantei os dados preliminares, vou voltar na segunda ou terça-feira com minha assessora jurídica para poder pegar as informações finais. E ali os números são gigantescos em termos de pareceres, de observações, de avaliações de contas, não só dos municípios, mas também dos órgãos que os municípios têm paralelamente. É o caso de Vitória da Conquista, que tem fundações e outros órgãos.

O Tribunal de Contas exerce o seu papel do ponto de vista do controle externo para os municípios. O debate que deveríamos fazer é mais profundo. Num debate, numa reflexão de uma constituinte, por exemplo, vamos reorganizar o Estado brasileiro, vamos repensar todas as instituições. Aí caberia, sim, discutir o tamanho do Estado, a competência de órgãos nessa confusão que é o Brasil. Talvez seja o único País do mundo que tenha um Legislativo forte, um Executivo forte, nacional, municipal, e também a Federação. Na Europa, os Estados são unitários. Tem-se a união e há o poder local. Não há Estados, não há federação. É uma herança dos Estados Unidos. E os Estados Unidos são assim porque lá eram 13 colônias que fizeram uma confederação. Depois veio a Guerra de Secessão, de 1861 a 1865, para resolver o problema da escravidão, e se manteve o sistema. Tanto que vemos nos filmes de caubói os federalistas, o sul, o norte. O norte federado e o sul querendo a separação, separatistas.

Ora, o Brasil copiou em 1889, no século XIX, esse modelo federativo – União, Estados e Municípios. Esse é o debate que temos que fazer. No caso aqui das contas, é outra história, que o nosso colega, com muita propriedade, o nosso deputado Luiz, apresentou aqui. É outra coisa.

A Lei de Responsabilidade Fiscal foi lá dos anos 1990. O FHC... No primeiro momento, muitos dos nossos ficaram contra, mas, efetivamente, é uma lei que procura equilibrar as finanças públicas, porque a dívida pública, gente, é um câncer. Ela transfere dinheiro do pobre para o rico. Se nós não temos recursos para manutenção dos programas sociais, nós recorremos aos juros. E os juros vão para os rentistas. Quanto menor for a dívida pública, menores serão os juros e menor será a transferência de renda para os poderosos. Disso não há dúvida, isso está na economia política.

Portanto, são dois debates que não podemos misturar. O problema dos tribunais, do conjunto das ações estatais, é algo de longo prazo que precisamos amadurecer. E não é só o tribunal. É esta Casa, por exemplo. São as Câmaras de Vereadores, são as Assembleias Legislativas. Como aprofundarmos uma democracia direta que não gaste tanto? Oito bilhões de reais no Congresso Nacional!

Esse estudo que saiu anteontem, está lá um sociólogo da UnB... São Paulo, por exemplo, milhões e milhões de reais. Tem Assembleia no Norte do Brasil de R\$ 1,2 bilhão por ano. Já falei, tenho dados. O preço da democracia. Se eu tiver tempo, vou escrever um pequeno artigo. É algo de extraordinário, mas isso não fortalece o Legislativo. Podemos ter um Legislativo forte, com democracia direta, se nós perdemos essa mania de grandeza e fortalecemos efetivamente a participação popular, o controle, porque o que se gasta com o Legislativo, gente, muitas vezes de forma errônea, a imprensa divulga, não é o pró-labore, não é a remuneração do deputado. Podem fazer as contas. O que se gasta com o Legislativo no Brasil inteiro é o seu entorno, é o seu adereço, é a sua perfumaria.

É necessário que esta Casa não deixe que essa perfumaria se amplie. Estou vendo, em muitas coisas aqui, já começando o exagero. Vamos tomar cuidado, porque o povo, nesta hora, quer saber efetivamente e quer ver o legislador com sandálias de pescador. O senador mais querido do mundo é o Mujica, com 80 anos, que anda em um carro Fusca no Uruguai.

Tomemos cuidado. Eu já disse aqui: vão fazer a revolução e vão tocar fogo no Parlamento. Não é a primeira vez que eu digo...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, deputado.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- (...) Isso está inscrito no futuro: ou haverá uma grande reforma das instituições ou simplesmente a democracia vai ser varrida, porque o povo não aguenta mais e aí, muitas vezes, a imprensa de direita e conservadora só vê o negativo no Legislativo.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, deputado.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Muito obrigado, Sr. Presidente, voltarei a esse tema em outra oportunidade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra, por 6 minutos, a deputada Fátima Nunes.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, nosso Líder Zé Neto, se acalme um pouco, o presidente já concedeu 6 minutos para minha fala. Queria registrar um evento importantíssimo que acontece na Bahia nesta semana inteira, que é e sempre foi uma feira de exposições, mas a prioridade, neste momento em que venho registrar aqui, é a Febaf, Feira da Agricultura Familiar do Estado da Bahia.

Gostaria muito de que os que estão aqui nos assistindo nas Galerias Paulo Jackson e os que nos assistem pela tela da nossa *TV Assembleia*, os visitantes, os profissionais desta Casa, pudessem, nestes dias, fazer uma visita ao Parque de Exposições. E lá vão encontrar, é claro, todos os produtos do agronegócio, todos os eventos organizados pelo agronegócio, mas vão encontrar, também, a pujança da Feira da Agricultura Familiar, das organizações sociais, dos agricultores e das agricultoras, das mulheres, que ontem fizeram um debate o dia inteiro, registrando e traçando as políticas que queremos que sejam desenvolvidas pelo governo estadual.

Enquanto estamos vivendo o golpe, não temos como apresentar ao governo “temeroso”, mas estamos preparando todas elas, porque, com certeza, em 2018, o povo vai recuperar o governo federal com o voto direto e eleger o nosso grande líder Luiz Inácio Lula da Silva para que a gente tenha de volta o Ministério de Desenvolvimento Social com recursos para desenvolver todas as ações que foram iniciadas, tanto aquelas mais imediatas, como o Bolsa Família, que a cada dia estão sendo cortadas – hoje já há mais de 2 milhões de famílias que saíram desse programa –, mas também aquelas que desenvolvem a economia solidária e que dão garantia mais permanente da renda para as famílias de menor poder aquisitivo.

Lá nós temos uma série de tecnologias sociais desenvolvidas pelos próprios movimentos: a Arcas, as Escolas Família Agrícola, a Articulação do Semiárido, todas as cooperativas que estão lá presentes, inclusive aquela que é a experiência da Bahia, a Cooperativa de Pintadas, da rede Pintadas, que eu saúdo, parabenizando a deputada Neusa Cadore, porque foi uma das que iniciaram por lá, com aqueles grupos, trabalhando essa ideia do cooperativismo, e hoje eles produzem lá o corte dos bovinos, dos caprinos e dos ovinos com grande qualidade, inclusive para exportação, provando para todos e para todas que quando o governo se preocupa e investe naquelas famílias que querem trabalhar, que querem produzir, é possível, sim, a gente viver no Semiárido, viver com dignidade, ter renda, deixar de ser o pedinte, deixar de ser o retirante, conseguir ter os seus recursos próprios para cuidar da sua família, cuidar do seu ambiente natural, inclusive das reservas da caatinga no Semiárido.

Portanto, esta minha fala é um convite, porque o que os olhos não veem o coração não deseja, e eu sei que quem passar por lá por estes dias vai desejar tanto fazer as compras, pois é necessário vender os produtos, como também beber da fonte da sabedoria, das experiências, e desenvolver, quem sabe, vários intercâmbios entre as cooperativas, entre as associações, entre os grupos de mulheres produtoras, para que assim a gente possa enriquecer mais ainda o nosso jeito próprio de fazer a política, de ter a responsabilidade de cuidar do nosso povo. Quem está gerindo Prefeituras ou tem uma relação com algumas Prefeituras pode transformar e fomentar as secretarias de políticas para a agricultura familiar em seus municípios. Porque se o campo não planta, a cidade não janta, e se a gente não tiver, seja nos governos municipais, estaduais ou no federal, quando for possível, uma política mais definitiva, através dos bancos, com o crédito, da Bahiater, com a assistência técnica, ou da Desenbahia, com o fomento dos seus produtos, embalagens, melhorando assim o jeito de comercializar, nós não teremos um campo forte, uma economia local forte para a nossa sociedade nordestina do Semiárido poder sobreviver e viver com dignidade, que é essa a nossa bandeira de todos os dias.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Antes da Ordem do Dia, eu queria saber aqui do Líder Zé Neto e do Líder Leur Lomanto Junior se haverá votação de projetos de deputados nesta noite de hoje, porque o presidente Angelo Coronel, na sessão passada, pediu que os Líderes organizassem os projetos dos deputados. Então, só para efeito de organizar o trabalho nesta terça-feira, gostaria de saber do Líder da Oposição, deputado Leur, e do Líder Zé Neto, do Governo, qual a posição dos Líderes sobre a questão da votação dos projetos de deputados nesta noite de hoje.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, nós tivemos uma reunião na semana passada com o deputado Zé Neto, Líder do Governo, e com o deputado Rosemberg, presidente da Comissão de Constituição e Justiça, no sentido de tentar acelerar a votação de projetos de deputados. Nós pedimos as prioridades dos parlamentares, entre seus projetos que estão tramitando na Casa, já recebemos esses projetos no nosso gabinete, já demos o encaminhamento ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, e, sobre os projetos de lei dos deputados, a ideia é que sejam votados na semana que vem. Mas existem dois ou três projetos para os quais foram dispensadas as formalidades. Se não me engano, dois de Título de Cidadão e um de Comenda Dois de Julho, que já haviam sido acordados tanto pelo Líder da Oposição como pelo Líder do Governo, deputado Zé Neto.

Então, existem esses projetos que estão aí para serem apreciados, e quanto aos demais projetos há o comprometimento, tanto do presidente quanto do Líder Zé Neto, e também o nosso, como Líder da Oposição, para que sejam apreciados na próxima semana, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- A Bancada da Oposição, então, tem três projetos de Comenda e Título de Cidadão e a Bancada do Governo tem três também.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

Com relação ao que o deputado Leur levantou, ele já fez a parte de Líder da Oposição: pegou todos os projetos para a Comissão apreciar na próxima terça-feira. O deputado Zé Neto vai fazer isso. Tem que pegar rapidamente, para que possa estar na Secretaria da Comissão até quinta-feira, porque nós temos que publicar e distribuir.

O Sr. Zé Neto:- Alguns projetos já estão na mão do presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Um minutinho. Os projetos dos deputados que têm que passar pela Comissão de Constituição e Justiça ficam para a próxima semana, e hoje votaremos os projetos para os quais houve a dispensa de formalidades, que são os projetos de Comenda Dois de Julho e Título de Cidadão. Esses projetos não precisam passar pela Comissão de Constituição e Justiça, visto que os Líderes do Governo e da Oposição já assinaram a dispensa de formalidades. É isso, Líder?

O Sr. Rosemberg Pinto:- O.k. Ficou acertado que votaríamos todos na próxima semana...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Rosemberg, se a gente pode votar hoje...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Da minha parte, sem problemas.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- O que já está acordado pelos Líderes, vamos votar hoje.

O Sr. Rosemberg Pinto:- O.k. Da minha parte, sem problemas.

A Sr.^a Fabíola Mansur:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois, não, deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur:- Na sessão passada, solicitei tanto ao presidente da Casa quanto aos Líderes, que acederam, a votação da Comenda Dois de Julho ainda no mês do diabetes à nossa grande médica endocrinologista Reine Chaves. Então, obviamente, não pedi o requerimento de dispensa de formalidades porque eu não sabia que iríamos votar...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputada Fabíola...

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur:- Só um minutinho, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- (...) é só V. Ex.^a pedir ao deputado Zé Neto ou ao deputado Leur.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur:- Estou pedindo, então, que possamos incluir, já que foram incluídos três projetos de Título e de Comenda pela Oposição, porque foi, inclusive, acordado pelos dois Líderes...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputada Fabíola, quem vai designar os projetos da Bancada é o Líder Zé Neto, não é a Presidência. Assim como o deputado Leur Lomanto Junior irá designar os projetos da Bancada da Oposição. A Presidência vai apenas tocar a sessão para serem votados.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur:- Sr. Presidente, eu apenas estava falando para não iniciarmos a votação dos três projetos...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Não, não vamos. Primeiro vai ser a Ordem do Dia, para depois votar os projetos dos deputados.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, já que vamos votar projetos de deputados, e acho que a Casa está precisando, também acho justo que os projetos de deputados que estejam na pauta sejam apreciados. Estou vendo que estão querendo votar os projetos com dispensa de formalidades, e aquele que já está em pauta, um projeto da minha autoria, uma emenda constitucional que trata de apresentação de projetos que compreendem despesas ao Executivo, parece-me que está sendo ultrapassado. Eu pediria, então, que ele tivesse prioridade para ser apreciado.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Luciano Ribeiro, esse projeto de V. Ex.^a já está apreciado pela CCJ?

O Sr. Luciano Ribeiro:- Está em pauta. Está em pauta, está na Ordem do Dia desde o dia 28/03.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Qual o projeto? Vou mandar buscar.

O Sr. Luciano Ribeiro:- A PEC 144/2016.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Carlinhos, por favor, a PEC 144.

O Sr. Zé Neto:- Não, não vamos entrar nisso agora, não, gente.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Não é entrar, não. Ele está na pauta, não depende de vontade do Líder da Maioria.

O Sr. Zé Neto:- Já está na extraordinária.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Já está?

O Sr. Zé Neto:- Já. Já caiu a ordinária.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- É verdade.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Já caiu o quê?

O Sr. Zé Neto:- Já caiu a ordinária.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- A ordinária.

O Sr. Zé Neto:- A ordinária já caiu. Está na extraordinária.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Está na extraordinária.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Mas é preciso que se vote...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Que se vote na semana que vem, na Ordem do Dia.

O Sr. Zé Neto:- Vocês derrubaram a ordinária.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- O.k., deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Eu conversei com a Oposição, porque na verdade, a proporcionalidade é muito maior aqui do que lá. Vão ser cinco daqui e três de lá. Vou tentar ajustar aqui ou não consigo.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Eu gostaria dos projetos aqui na nossa mesa. Votaremos primeiro a Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Ordem do Dia: há sobre a mesa um requerimento (Lê) *“(...) na forma do art. 174, Inciso II do Regimento Interno, URGÊNCIA, para a tramitação do Projeto de Lei nº 22.557/2017, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo Estadual a celebrar termo aditivo aos contratos firmados com a União com base na Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e na Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001.*

Sala das Sessões, 28 de novembro de 2017”.

Em votação o requerimento.

Srs. Deputados...

O deputado Leur Lomanto Junior levantou o dedo.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Isso é no âmbito das Comissões?

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Não, aqui é o requerimento de urgência para ser votado.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Eu queria a verificação de quórum, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V. Ex.^a será atendido.

Há um pedido de verificação de quórum para votação do requerimento de urgência.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Sr. Presidente...

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, o requerimento já entrou em votação. Ele não pediu antes.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- (...) um pequeno espaço para uma comunicação inadiável.

O Sr. Zé Neto:- Agora é só perguntar àqueles que... Porque nós vamos entrar nos outros...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Zé Neto, eu estou aqui com Carlos Machado, que é o procurador. Está em processo de votação. Qualquer deputado tem legitimidade de pedir a verificação de quórum.

O Sr. Zé Neto:- Mas V. Ex.^a já tinha colocado em votação.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Não, ele abriu o processo.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Estava em votação...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Ele levantou o dedo.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Levantou depois.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Não, não, não. Carlinhos, ele não levantou o dedo?

O Sr. Rosemberg Pinto:- Ele nem sabia. Estava achando que estava no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- O deputado Sandro Régis, na Presidência, defere a questão de ordem do deputado Leur Lomanto Junior.

Deputado Leur Lomanto Junior, a sua questão de ordem está valendo?

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sim.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pela ordem, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- A minha questão de ordem é apenas para deixar registrado que entendo que o deputado Leur Lomanto solicitou a verificação de quórum no período em que V. Ex.^a já havia iniciado o processo de votação, mas vou respeitar a decisão da Presidência.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Eu consultei o jurídico da Casa.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Vou respeitar a decisão da Presidência, quero pedir a V. Ex.^a que marque 25 minutos, chame todos os deputados e deputadas nominalmente, marque no painel e faça soar as campainhas, para que os deputados possam estar aqui para iniciar o processo de votação do requerimento de urgência, porque isso, sem dúvida alguma, vai ser muito importante para a próxima terça-feira.

Então queira pedir que V. Ex.^a zerasse...

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Sr. Presidente, peço um pequeno espaço para uma comunicação inadiável.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Comunicação inadiável não pode agora porque está em processo de votação.

Há um pedido de verificação de quórum de votação. Por favor, marquem no painel 25 minutos...

O Sr. Marcelo Nilo:- Qual o projeto, deputado, por favor?

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- É um requerimento de urgência, deputado.

Há um pedido de verificação de quórum de votação. Os Srs. Deputados que estão na sala do cafezinho, nos gabinetes ou nos corredores, favor comparecerem ao Plenário da Casa.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pela ordem, o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, quero convidar ao Plenário os Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas que se encontram na Casa. Estamos em apuração do quórum de votação e precisamos de 32 Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas aqui no Plenário. Estamos já processando o tempo, temos 20 minutos ainda pela frente. Peço aos Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas que, se estiverem em Plenário, marquem a presença, e os que estão nos corredores da Casa, no cafezinho e nos demais pontos da Assembleia Legislativa, que possam comparecer aqui.

Estamos votando um requerimento de urgência que trata de um alinhamento normativo necessário para que o governo do Estado possa trabalhar as dívidas e aditamentos junto ao governo federal. Esperamos votar esse requerimento de urgência apenas para que possamos, com isso, fazer com que a norma estadual esteja em compasso com a norma federal e, com isso, possamos trabalhar nossos aditamentos, contratos e dívidas junto à União.

O Sr. Marcelo Nilo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois não, deputado Marcelo Nilo.

O Sr. Marcelo Nilo:- Sr. Presidente, existem dois projetos de nossa autoria que gostaria que fossem colocados em votação também. Estou pedindo aos Líderes que dispensem as formalidades. É a Comenda Dois de Julho para a ex-Miss Universo Martha Vasconcellos e o nome de uma barragem que está sendo construída em Itapé. Quero que tenham critério. Se não colocarem esses dois projetos, vou obstruir todos os projetos aqui hoje. Nada contra nenhum Sr. Deputado, agora, não pode ser sem critério. Não tenho nada contra, mas, se esses dois projetos não forem colocados em votação, vou discutir todos os projetos, vou pedir questão de ordem, quórum de votação, não vou aceitar que seja escolhido a ou escolhido b. Critério é critério.

Então, há dois projetos pelos quais tenho o maior interesse: a Comenda Dois de Julho, porque vão se completar 50 anos do reinado de Martha Vasconcellos, acho que é uma homenagem da Bahia à Miss Universo; e também o projeto de Itapé, que leva o nome de um ex-prefeito daquela terra. Foi dada entrada no projeto. Então, gostaria

de dizer a V. Ex.^a, com todo o respeito, que gostaria de que esses dois projetos fossem votados. Peço aos Líderes que dispensem as formalidades. Se, por acaso, não quiserem, tudo bem, aceito, mas vou discutir e obstruir todos os projetos dos deputados presentes, porque critério é critério.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Marcelo Nilo, V. Ex.^a fez a questão de ordem para a pessoa errada. V. Ex.^a tem que se dirigir ao seu Líder, Zé Neto, porque ele é quem vai dizer quais são os projetos que vão ser votados. É o Líder Zé Neto quem vai dizer, não é o presidente quem vai dizer.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pela ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, na reunião da Comissão de Constituição e Justiça, esse projeto... queria pedir ao deputado Leur e ao deputado Zé Neto... sobre esse projeto de iniciativa do deputado Marcelo Nilo, realmente esteve aqui o Dr. Carlos Sodré, da Seap, e conversou com todos, inclusive com o presidente da Casa. Votamos por urgência na Comissão de Constituição e Justiça esse projeto, que denomina a barragem do Rio Colônia. Conversamos com o deputado Leur e o deputado Zé Neto, pedimos para dispensar formalidades e votar hoje aqui, porque vai ser inaugurada a barragem e é importante que se dê o título, em uma homenagem justa. E passou por consenso na Comissão de Constituição e Justiça.

Há outra questão, Sr. Presidente, que é a Comenda para o ex-presidente Lula, porque, na última sessão, o deputado Bira Corôa estava doente, não pôde estar aqui, e, por acordo, o deputado Leur sabe disso, nós retiramos e não votamos, para que só votássemos com a presença do deputado Bira Corôa.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Rosemberg, eu voto todos os projetos. Agora, os Líderes têm que encaminhar. Quem encaminha os projetos são os Líderes, não é a Presidência. Os Líderes têm que se entender sobre o que vai ser votado. Vocês estão fazendo a questão de ordem errada. Não é a Presidência que vai decidir. Quem vai decidir é Zé Neto e Leur Lomanto Junior.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem, deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, primeiro, gostaria da atenção do presidente Angelo Coronel. Sr. Presidente Angelo Coronel, gostaria de saber se está se cumprindo o critério que foi estabelecido para a aprovação de Comenda Dois de Julho. Isso é um fato sobre o qual há de se chamar atenção, porque foi estabelecido critério para cada parlamentar apresentar um número específico de Comendas Dois de Julho.

Gostaria de saber, primeiro, Sr. Presidente, se esse critério está sendo cumprido, porque isso é a primeira coisa que deve ser discutida aqui nesta Casa, e quero saber do presidente Angelo Coronel. Não podemos... e concordo com o

deputado Marcelo Nilo: critério é critério. Tem que haver critério para que sejam dados os encaminhamentos das votações. Então, o primeiro ponto é esse.

Segundo, foi acordado com o Líder do Governo, deputado Zé Neto, que iríamos, repetindo, pegar os projetos dos Srs. Parlamentares, dois de cada parlamentar, e fazer uma análise na Comissão de Constituição e Justiça. E na semana seguinte iríamos trazer aqueles projetos que estivessem aptos para serem votados. Esta semana fizemos um esforço para tentar aprovar algumas Comendas e Título de Cidadão. Então, por parte da Oposição não há problema que se estabeleçam os critérios para que votemos alguns projetos dessa natureza na noite de hoje, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Vou dar uma sugestão aqui, Líder. Nós estamos findando o ano, acho que poderia se fazer um esforço para toda sessão agora votar projetos de deputados. Isso é uma questão de bom senso. Acho que a Casa agora poderia fazer esse esforço e votarmos os projetos do Executivo e também do Legislativo, começando por hoje. O que já estiver pronto para votar, vamos votar.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, queria fazer uma questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois não.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Minha questão de ordem é a seguinte: a minha proposição era que os dois Líderes, do Governo e da Oposição, se reunissem e na próxima sessão... poderíamos marcar até para amanhã para votar os projetos de deputados, e hoje votaríamos apenas os do Executivo, os que estão na Ordem do Dia. E os dois Líderes se reuniriam, porque é importante... eu não sei se o deputado Leur Lomanto reuniu a sua Bancada. O deputado Zé Neto reúne a Bancada, acorda os projetos que aí estão e trazemos para aqui pactuados, evitando esse problema.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Líder Rosemberg, o que os Líderes decidirem esta Presidência acata, mas a posição pessoal do presidente em exercício é que seja votado o que estiver pronto hoje, porque nós estamos chegando ao final do ano, daqui a pouco se vota o Orçamento, e nós não vamos votar os projetos dos deputados.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Mas para votar tem que ter a anuência dos dois Líderes.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Então, os Líderes tenham maturidade, sentem e se ajustem.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Tem uma questão, presidente, que foi acordada nesta Casa. Nós votamos uma Comenda para o prefeito de São Paulo. Por acordo, votaríamos todos nós e votamos. E votaríamos a Comenda, também por acordo, para o ex-presidente Lula, de iniciativa do deputado Bira. Votamos a do prefeito de São Paulo a pedido do deputado Adolfo Viana, porque ele viria aqui para receber. Quanto à proposta do deputado Bira, ele estava doente no dia e não pôde estar presente.

Então, essa Comenda tem que ser votada, porque houve um acordo das Lideranças da Maioria e da Minoria para que votássemos os dois. Só se votou a do prefeito de São Paulo, e a de Bira precisa ser votada, porque, obviamente, está na Ordem do Dia.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Sr. Presidente, por favor, uma comunicação inadiável.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois não, deputado.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, peço que fiquem atentos para o que vou anunciar: acabamos de apurar, no Comitê de Imprensa, os votos dos Destaques Parlamentares do ano. Foram escolhidos os Srs. Deputados Angelo Coronel, em primeiro lugar, com 26 votos, Hildécio Meireles, em segundo lugar, com 12 votos, e Fabíola Mansur e Marcelo Nilo, empatados em terceiro lugar, com oito votos. Também empatados, com sete votos, vieram em seguida os deputados Adolfo Viana, Alex da Piatã, José de Arimateia e Luciano Simões Filho. Foi esse o resultado da apuração no Comitê de Imprensa. Quero parabenizar todos os Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas que foram escolhidos pelo Comitê de Imprensa.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, deixe-me explicar-lhe. Presidente Coronel, vamos ver se conseguimos resolver aqui.

Vejam bem, o bom senso da Casa é o quê? Nós tínhamos aqui a votação. Para mim, hoje, havia votação da pauta do Executivo. O Sr. Presidente Angelo Coronel me diz: “Zé, vamos ver se a gente consegue hoje votar alguma coisa de deputado, até porque a Casa precisa fazer isso para não ficar no fim do ano aquela situação de fazer tudo a toque de caixa”. Eu concordo. E, aí, conversou com o deputado Leur.

Eu quero fazer justiça aqui, porque foi uma articulação que passou por todos e, principalmente, pelo presidente da Casa, que quer que a Casa produza.

Resultado: acertamos três projetos de um lado e três projetos do outro lado. Eu disse: “Leur: três é pouco para mim agora, porque estou com problemas para resolver aqui na Bancada. Já há um acúmulo desde a outra votação”. De fato, havia.

Combinamos o quê? Cinco e três. Vários deputados, como Luiz Augusto e Fabíola, me chamaram. Quando olhei por perto, eram uns oito ou nove.

O que vou fazer? Pegar por Bloco, escolher um de cada Bloco.

Há, aqui, inclusive, uma situação de Adolfo Menezes com relação ao presidente do tribunal que vai sair do cargo nos próximos dias. E nós queríamos ver se poderíamos fazer uma homenagem ao presidente do tribunal. Ele já tinha me falado isso desde a semana passada. Então, eu estou perguntando para, rapidamente, eu sentar aqui e tentar ajustar os que já estavam encaixados para a gente resolver.

Eu queria dizer a Rosemberg e ao presidente da Casa que vamos ver se a gente consegue votar alguma coisa hoje, porque a gente já tira da pauta e já vai caminhando.

(Um Sr. Deputado se manifesta.)

O Sr. Zé Neto:- Não precisa... Já tiramos oito hoje. Já são oito a menos. Não votou hoje. Pra semana, a gente pega as pendências que restam.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Leur, V. Ex.^a tem quantos projetos para serem votados?

O Sr. Zé Neto:- Aqui, eu estou com oito...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Leur, nós temos quantos em nossa Bancada para serem votados?

O Sr. Zé Neto:- (...) Quero ver se passo cinco. Pra semana, vamos votando os outros...

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Nós temos quatro projetos para serem votados.

O Sr. Zé Neto:- (...) Vamos trabalhar. Pega os que tem aí, me dá...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Nós temos quantos?

O Sr. Zé Neto:- (...) que eu vou ver um aqui e conversar com a Bancada. Está tranquilo para resolver. Se não resolver agora, pra semana a gente vai resolvendo os demais.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Nós temos quatro. Eu acho.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Quatro.

O Sr. Zé Neto:- Os deputados que não...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Zé Neto, deputado Zé Neto, deputado Zé Neto, deputado Zé Neto, eu posso aqui fazer uma sugestão a V. Ex.^a e ao Líder Leur Lomanto Junior? Deputado Zé Neto!

O Sr. Zé Neto:- Pode falar.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Vamos ver se podemos fazer uma sugestão aos Líderes. O Sr. Presidente Angelo Coronel sugeriu que o que estiver pronto das Bancadas da Oposição e de Governo, vota-se. O que estiver pronto, vota-se. Votam-se os projetos prontos da Oposição e do Governo. Para que dificultar, se é projeto de deputado?

O Sr. Zé Neto:- Vamos resolver, primeiro, a questão dos Títulos para quitar logo Títulos e Comendas.

O Sr. Targino Machado:- Não há quórum ainda não.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Já há.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Ah, o deputado Zé Neto não quer votar!

O Sr. Zé Neto:- Vai resolver, amigo, calma. Vamos com calma. Vamos resolver aqui. Já tem alguns lá. E a gente vai botar alguns.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- São 29 deputados presentes. Ainda faltam 5 minutos.

O Sr. Luciano Simões Filho:- Ainda não há quórum de votação, não!

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Não há quórum de votação, não!

(Vários Sr. Deputados se manifestam, ao mesmo tempo, fora do microfone.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, quero pedir aos deputados... Faltam 4 minutos. Precisamos de mais dois votos. Com o voto do deputado Sandro Régis, mais dois, estaríamos com quórum. Queria pedir aos deputados e às deputadas que votássemos, pelo menos... O deputado Gika está chegando. O deputado Angelo Coronel está assumindo a presidência dos trabalhos.

(O Sr. Angelo Coronel assume a presidência dos trabalhos.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Quero pedir aos deputados Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Sandro Régis...

Deputado Sandro, V. Ex.^a estava na presidência e tem que marcar. V. Ex.^a não pode... Aí, não pode! Deputado Sandro Régis, aí não pode. V. Ex.^a presidiu a sessão. Abriu o quórum. Se V. Ex.^a não der presença... Pelo amor de Deus! Aí, não dá! Estou em questão de ordem concedida pelo deputado Sandro Régis! Então, o deputado precisa marcar a sua presença. Com o deputado marcando, já há quórum.

O Sr. Zé Raimundo:- Não pode. Presidia, saiu e não pode dar presença, Sr. Presidente? Espere aí. Anula.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Deputados Antônio Henrique Jr., David Rios, Carlos Geilson, Alan Castro...

(Vários Sr. Deputados se manifestam ao mesmo fora do microfone.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Deputado, quero fazer uma questão de ordem para remarcar o tempo, uma vez...

(Vários Sr. Deputados se manifestam ao mesmo fora do microfone.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, queria que remarcasse o tempo, porque se o presidente Sandro Régis não estava, não tinha como contar tempo! O presidente diz que não tinha como contar tempo! Então, precisa remarcar o tempo a partir da saída do deputado para que a gente possa contar. Não pode.

(Vários Sr. Deputados se manifestam ao mesmo fora do microfone.)

O Sr. Luiz Augusto:- Nós vamos dar presença agora, porque o governo está precisando da presença. Não precisa votar o meu, não. Contar a presença da turma para confirmar os 32 em Plenário. Vai dar para completar os 32.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Registrado o quórum de votação.

Em votação o Requerimento nº 9.025.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Em discussão única e votação.

Em discussão única e votação o Projeto de Lei nº 22.549/2017, de procedência do Poder Executivo.

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça; de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; e de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Designo, para relatar a matéria, o deputado Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Designo, para relatar a matéria, o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, passo a relatar o parecer.

(Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 22.549/2017, de autoria do Poder Executivo, o qual “Altera a estrutura remuneratória dos servidores das carreiras de Delegado de Polícia Civil, Escrivão de Polícia Civil, Investigador de Polícia Civil, Perito Técnico de Polícia Civil, Perito Criminal de Polícia Civil, Perito Médico Legista de Polícia Civil e Perito Odonto-Legal de Polícia Civil, assim como o soldo dos postos e das graduações da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros da Bahia, na forma que indica, e dá outras providências.”*

A proposição que ora venho relatar, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo a alteração da estrutura remuneratória das diversas carreiras da Polícia Civil e do soldo dos postos e graduações da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

Com a medida, o Governo do Estado vem promover ‘a valorização dos servidores e, conseqüentemente, a melhoria da Segurança Pública do nosso Estado’, conforme registra o Sr. Governador em sua Mensagem, na qual ressalta ainda que “as alterações propostas gerarão acréscimo na despesa de pessoal, em 2017, da ordem de R\$ 53.951.916,00 (cinquenta e três milhões, novecentos e cinquenta e um mil, novecentos e dezesseis reais), em 2018 de R\$ 342.793.382,00 (trezentos e quarenta e dois milhões, setecentos e noventa e três mil, trezentos e oitenta e dois reais), e em 2019 o acréscimo será de R\$ 438.202.795,00 (quatrocentos e trinta e oito milhões, duzentos e dois mil, setecentos e noventa e cinco reais).

Trata-se, assim, de matéria de relevante interesse social, porquanto vem elevar o padrão remuneratório destas importantes categorias de servidores públicos, devendo receber o pleno apoio desta Casa.

A proposição recebeu 3 emendas, todas de autoria do Deputado Soldado Prisco. A emenda nº 1 propõe acréscimo de um artigo, reajustando o auxílio-alimentação devido ao servidor ativo das carreiras da Polícia Civil e da Polícia Militar, em percentuais correspondendo a 10% do vencimento básico de Delegado Classe 2 para as carreiras da Polícia Civil e de 20% do soldo de Coronel para os policiais militares. Opino pela rejeição, uma vez que a proposta encontra óbice de natureza constitucional, tendo em vista que não é permitida emenda que contenha aumento de despesa em projetos de iniciativa privativa do Governador, nos termos do inciso I do art. 78 c/c inciso VII do art. 77, ambos da Constituição Estadual.

A emenda nº 2, do nobre deputado já citado, estabelece a revisão dos valores da gratificação de atividade jurídica e da gratificação de atividade judiciária na mesma época e no mesmo percentual de reajuste do vencimento básico das carreiras da Polícia Civil”. Também a matéria é rejeitada pelo mesmo artigo (Lê) “(...) inciso I do art. 78 c/c o inciso VII do art 77, ambos da Constituição Estadual.

A emenda nº 3 pretende também estabelecer a revisão da gratificação de atividade policial militar na mesma época e no mesmo percentual do reajuste do soldo”.

A rejeição é feita pelo mesmo art. 78 que impede que tal matéria seja emendada no projeto oriundo do Executivo estadual.

Face ao exposto, somos favoráveis à aprovação do projeto na forma em que foi enviado.

É o nosso parecer, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em discussão e votação o parecer do deputado Zé Raimundo ao Projeto de Lei 22.549/2017, de procedência do Poder Executivo.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

No Plenário.

Em discussão e votação no Plenário o parecer do deputado Zé Raimundo ao Projeto de Lei 22.549/2017, de procedência do Poder Executivo.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado por unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 22.549/2017

Altera a estrutura remuneratória dos servidores das carreiras de Delegado de Polícia Civil,

Escrivão de Polícia Civil, Investigador de Polícia Civil, Perito Técnico de Polícia Civil, Perito Criminal de Polícia Civil, Perito Médico Legista de Polícia Civil e Perito Odonto-Legal de Polícia Civil, assim como o soldo dos postos e das graduações da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros da Bahia, na forma que indica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os vencimentos básicos dos servidores das carreiras de Delegado de Polícia Civil, Escrivão de Polícia Civil, Investigador de Polícia Civil, Perito Técnico de Polícia Civil, Perito Criminal de Polícia Civil, Perito Médico Legista de Polícia Civil e Perito Odonto-Legal de Polícia Civil, a partir de 1º de novembro de 2017, passam a ser os constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Os vencimentos básicos dos servidores das carreiras de Delegado de Polícia Civil, Escrivão de Polícia Civil, Investigador de Polícia Civil, Perito Técnico de Polícia Civil, Perito Criminal de Polícia Civil, Perito Médico Legista de Polícia Civil e Perito Odonto-Legal de Polícia Civil, a partir de 1º de novembro de 2018, passam a ser os constantes do Anexo II desta Lei.

Art. 3º - Os soldos dos postos e das graduações da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Bahia, a partir de 1º de novembro de 2017, passam a ser os constantes do Anexo III desta Lei.

Art. 4º - Os soldos dos postos e das graduações da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Bahia, a partir de 1º de novembro de 2018, passam a ser os constantes do Anexo IV desta Lei.

Art. 5º - Os proventos de inatividade e as pensões, fixados com base nos vencimentos e soldos dos cargos das Carreiras mencionadas nos artigos anteriores dos aposentados e pensionistas que possuem direito à paridade constitucional, serão revistos nas mesmas datas, condições e proporção previstas nesta Lei para os servidores em atividade, não podendo resultar valores superiores aos concedidos ao servidor ativo em igual situação.

Art. 6º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários próprios, ficando o Poder Executivo autorizado a promover as alterações que se fizerem necessárias.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de novembro de 2017.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

ANEXO I

POLÍCIA CIVIL INVESTIGADOR, ESCRIVÃO E PERITO TÉCNICO DE POLÍCIA CIVIL VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Classe	Vencimento
3	1.074,34
2	1.083,43
1	1.092,41
Especial	1.564,45

PERITO CRIMINAL, ODONTO-LEGAL E MÉDICO LEGISTA DE POLÍCIA CIVIL VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Classe	Vencimento
3	3.715,54
2	3.879,98
1	4.141,73
Especial	4.429,29

DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Classe	Vencimento
3	4.374,97
2	4.539,38
1	4.801,10
Especial	5.088,65

ANEXO II

POLÍCIA CIVIL INVESTIGADOR, ESCRIVÃO E PERITO TÉCNICO DE POLÍCIA CIVIL VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º DE NOVEMBRO DE 2018

Classe	Vencimento
3	1.128,06
2	1.137,60
1	1.147,03
Especial	1.642,67

**PERITO CRIMINAL, ODONTO-LEGAL
E MÉDICO LEGISTA DE POLÍCIA CIVIL
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º DE NOVEMBRO DE 2018**

Classe	Vencimento
3	3.901,32
2	4.073,98
1	4.348,82
Especial	4.650,75

**DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º DE NOVEMBRO DE 2018**

Classe	Vencimento
3	4.593,72
2	4.766,35
1	5.041,16
Especial	5.343,08

ANEXO III

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017

Posto/ Graduação	Soldo
Soldado	980,02
Cabo	990,40
1º Sargento	1.000,67
Subtenente	1.010,71
Aspirante a Oficial	1.086,00
1º Tenente	1.115,13
Capitão	1.374,17
Major	1.509,95
Tenente Coronel	1.590,48
Coronel	1.690,72

ANEXO IV

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º DE NOVEMBRO DE 2018

Posto/ Graduação	Soldo
Soldado	1.041,90
Cabo	1.052,94
1º Sargento	1.063,85
Subtenente	1.074,53
Aspirante a Oficial	1.154,57
1º Tenente	1.185,54
Capitão	1.460,94
Major	1.605,29
Tenente Coronel	1.690,91
Coronel	1.797,47

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- O próximo é o Projeto de Lei nº 22.551/2017, de procedência do Poder Executivo. **(Disponível em <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/proposicoes>)**

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça; de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; e de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Designo, para relatar a matéria, a deputada Fabíola Mansur. (Pausa)

(Vários Srs. Deputados manifestam-se ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputada Fabíola, como V.Ex.^a tem uma emenda a este projeto, fica impedida de relatar a matéria.

Então, designo o deputado Rosemberg Pinto para relatar a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto para relatar a matéria.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr^{as} e Srs. Deputados, passo a relatar o projeto.

(Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 22.551/2017, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘Altera a estrutura remuneratória das Carreiras de Professor e Coordenador Pedagógico do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio do Estado para os anos de 2018 e 2019, e dá outras providências’.*

A proposição que ora passo a relatar, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo promover alterações na estrutura remuneratória das Carreiras de Professor e Coordenador Pedagógico do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio.

A medida, conforme registra o Sr. Governador em sua Mensagem, visa ‘alterar a estrutura das carreiras de Professor e Coordenador Pedagógico, conduzindo os servidores posicionados nos Graus IA e II dos Padrões P, E, M e D a quadros especiais próprios, cujos cargos serão extintos à medida que vagarem. Ademais disso, o ingresso nos cargos de Professor e Coordenador Pedagógico ocorrerá no Grau IIA do Padrão P. Aos servidores atualmente posicionados nos padrões P, E, M ou D nos Graus I, IA e II será assegurado o ingresso na nova estrutura da carreira, desde que concluem com aprovação o curso de capacitação específico’.

Além disso, o projeto ‘institui um processo especial de promoção, composto por dois avanços, baseados na conclusão com aproveitamento do Curso ‘Uso Pedagógico de Tecnologias Educacionais’, perfazendo medida que dá continuidade aos esforços direcionados à efetividade da qualidade do ensino público da Bahia e à melhoria da educação como política de Estado’ (...).

Produzindo efeitos financeiros a partir de novembro de 2017, cumpre ressaltar que as alterações propostas gerarão acréscimo na despesa de pessoal, em 2017, da

ordem de R\$24.411.601 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e onze mil, seiscentos e um reais), em 2018 será de R\$218.524.281 (duzentos e dezoito milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, duzentos e oitenta e um reais), já em 2019, o acréscimo será de R\$348.493.463 (trezentos e quarenta e oito milhões, quatrocentos e noventa e três mil, quatrocentos e sessenta e três reais) e, em 2020, o impacto será de R\$356.206.448 (trezentos e cinquenta e seis milhões, duzentos e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais).

Trata-se, assim, de medida de inquestionável interesse público, na medida em que vem produzir melhorias na remuneração desta que é, indubitavelmente, uma das mais importantes categorias profissionais.

O projeto recebeu apenas uma emenda, de autoria da Deputada Fabíola Mansur, propondo nova redação ao art. 13 da proposição, ampliando, de 31/12/2021 para 31/12/2022 o prazo para conclusão de curso de licenciatura plena para enquadramento na Carreira do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio segundo os Padrões e Graus especificados no art. 8º da Lei nº 12.578/2012. Opino pela aprovação da emenda...” – e quero aqui louvar a deputada Fabíola Mansur pelo trabalho e defesa dos interesses da categoria – (Lê) “(...) considerando a ampliação do prazo uma medida salutar e que possibilitará a um número maior de docentes um melhor enquadramento segundo os ditames da lei.

Por fim, apresento, na condição de Relator, as seguintes emendas...”

E, aqui, quero chamar o deputado Bira Corôa e o deputado Zé Raimundo, que me fizeram apresentar duas emendas.

(Lê) “(...) Emenda de Relator nº 1: Suprime-se o § 2º do art. 11 do Projeto de Lei nº 22.551/2017, passando a ser parágrafo único o atual § 1º.

Justificativa: A presente emenda tem por objetivo suprimir o dispositivo citado a fim de universalizar o incentivo estipulado pela proposição”.

A outra emenda de relator é que para os servidores, que estão à disposição de outros órgãos ou que estão exercendo atividades de representação popular, será dado o direito para fazer o curso e, ao retorno das suas atividades na Secretaria da Educação, terão o direito ao regulamentado pelo projeto de lei que ora relato aqui, Sr. Presidente.

(Lê) “(...) Ante o exposto, e considerando que o projeto se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além de seu caráter altamente meritório, opino pela sua aprovação com as modificações introduzidas pela Emenda nº 1...” – e pelas duas emendas de relator que foram lidas aqui por mim.

(Lê) “(...) É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 2017”.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur:- Questão de ordem, Sr. Presidente, para declaração de voto.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em votação o parecer do relator.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur:- Sr. Presidente, declaração de voto.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Na hora, V. Ex.^a declara o voto, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur:- É questão de ordem ou declaração de voto.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em discussão o parecer ao Projeto de Lei nº 22.551/2017, no âmbito das comissões.

Com a palavra, para declarar o voto, a deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur:- Sr. Presidente, primeiramente, quero, aqui, dizer que esta Casa, hoje, cumpre o papel de reconhecer a necessidade de alteração da estrutura remuneratória, não só dos professores e coordenadores pedagógicos, como também de delegados da Polícia Civil, escrivães, peritos, policiais militares e do Corpo de Bombeiros.

Mas quero aqui, como presidente da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, parabenizar o nosso governador e reconhecer o seu esforço, num momento de dificuldades em todo o País, de valorizar professores, alterando a estrutura remuneratória e permitindo uma norma de promoção para a carreira de Magistério Público do Ensino Fundamental e do Ensino Médio do Estado.

Queria saudar também o relator, deputado Rosemberg, e agradecer por ter aceito a nossa emenda, que foi amplamente discutida em reunião com a APLB-Sindicato e que visa, com a alteração do seu art.13, no caput do art. 8º, ampliar o prazo que o servidor tem de concluir o curso de Licenciatura Plena – em vez de 31 de dezembro de 2021, no dia 31 de dezembro de 2022.

E por que é importante isso? Para a promoção na carreira aquele professor que não tem Licenciatura Plena, que demora quatro anos, não poderia ser beneficiado. E sabemos que se um professor se inscrever nesse curso de Licenciatura, demorará de quatro a quatro anos e meio para obtenção do seu diploma, e assim sendo damos oportunidade de esses professores se qualificarem, obtendo um prazo maior para entrar numa universidade para obtenção dessa licenciatura.

Esta Casa está de parabéns, porque reconhece duas profissões: policiais civis e militares, professores e coordenadores pedagógicos. Há a necessidade de valorizar e reconhecemos a importância do esforço do nosso governador Rui Costa. Mesmo sendo um investimento de milhões na folha de pagamento, ele compreendeu que esse esforço precisava ser feito, porque investir em professores e coordenadores pedagógicos, investir em policiais, delegados, em escrivães, peritos, bombeiros, em Polícia Civil e Militar, significa investir em educação, em segurança, que é tudo por que o povo da Bahia clama.

Então, parabéns a esta Casa, parabéns aos relatores, obrigada por terem aceito a nossa emenda, parabéns à APLB-Sindicato, aos sindicatos profissionais, e parabéns ao governador Rui Costa pelo esforço e pelos projetos do Executivo.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- O.k., deputada, registrado o seu voto.

Em votação. Os deputados que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 22.551/2017

Altera a estrutura remuneratória das Carreiras de Professor e Coordenador Pedagógico do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio, estabelece normas de promoção da Carreira do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio do Estado para os anos de 2018 e 2019, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DECRETA:

Art. 1º - Os servidores ocupantes de cargos das Carreiras de Professor e Coordenador Pedagógico do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio posicionados nos Graus IA e II dos Padrões P, E, M e D passam a compor Quadro Especial, na forma do Anexo I desta Lei.

§ 1º - Os cargos referidos no *caput* deste artigo serão extintos à medida que vagarem.

§ 2º - Os vencimentos básicos dos cargos de Professor e Coordenador Pedagógico posicionados nos Quadros Especiais IA e II, observado o regime de trabalho, são os constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º - O *caput* do art. 4º da Lei nº 10.963, de 16 de abril de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 4º** - O ingresso na carreira do Magistério Público Estadual do Ensino Fundamental e Médio, nos cargos de Professor e de Coordenador Pedagógico, dar-se-á no Padrão P e Grau IIA, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos.” (NR)

Art. 3º - Os vencimentos dos cargos das Carreiras de Professor e Coordenador Pedagógico do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio, observado o regime de trabalho, passam a ser os constantes do Anexo II desta Lei.

Parágrafo único - O Anexo III-A da Lei nº 10.963, de 16 de abril de 2008 passa a vigorar na forma do Anexo II desta Lei.

Art. 4º - O desenvolvimento do servidor nos Graus dos cargos do Quadro das

Carreiras de Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio do Estado dar-se-á, nos anos de 2018 e 2019, por meio de promoção disciplinada por esta Lei, ficando suspensa, neste período, a avaliação de desempenho prevista na Lei nº 10.963, de 16 de abril de 2008.

Art. 5º - As promoções tratadas nesta Lei ocorrerão de um Grau para o imediatamente superior, dentro do mesmo Padrão, condicionada à observância dos seguintes requisitos:

I - ser o servidor ocupante de cargo permanente de Professor ou Coordenador Pedagógico e, até a publicação desta Lei, ter sido enquadrado, nos termos da Lei nº 10.963, de 16 de abril de 2008;

II - estar em efetivo exercício no âmbito da Secretaria da Educação;

III - ter participado e concluído com aproveitamento os módulos do Curso “Uso Pedagógico de Tecnologias Educacionais”, observado o disposto nos arts. 9º e 10 desta Lei.

Parágrafo único - Não se aplica ao servidor afastado para exercício de mandato eletivo em entidade sindical o disposto no inciso II do *caput* deste artigo.

Art. 6º - Não poderá participar do processo de promoção o servidor que estiver:

I - afastado por motivo de licença com perda dos vencimentos;

II - afastado por motivo de suspensão disciplinar ou preventiva;

III – à disposição de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, das esferas Federal ou Municipal, exceto, neste último caso, se o servidor estiver em efetivo exercício na respectiva Secretaria da Educação.

Parágrafo único – Os servidores à disposição de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, ou ocupantes de cargos eletivos, somente poderão ser promovidos observando-se os requisitos do art. 5º, e não terão direito às antecipações previstas nos arts. 8º e 9º, todos desta Lei.

Art. 7º - O Curso de que trata o inciso III do *caput* do art. 5º desta Lei deverá ser instituído mediante Portaria do Secretário da Educação, ser destinado aos Professores e Coordenadores Pedagógicos e ser constituído por dois módulos, tendo por objetivo tornar evidente na prática pedagógica da rede pública estadual de ensino a natureza transformadora das tecnologias educacionais, seja na vertente operacional ou na humanizadora, no processo de ensino-aprendizagem nas diversas áreas do conhecimento.

Parágrafo único - O regulamento do curso de que trata o inciso III do *caput* do art. 5º desta Lei será estabelecido em ato específico do Secretário da Educação.

Art. 8º - Para a promoção relativa ao ano de 2018, exigir-se-á a conclusão com aproveitamento do primeiro módulo do Curso de que trata o inciso III do *caput* do art. 5º desta Lei e a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária correspondente.

§ 1º - Em novembro de 2017 será concedida antecipação do valor da promoção

de que trata o *caput* deste artigo ao servidor inscrito no curso de que trata o inciso III do *caput* do art. 5º desta Lei no valor correspondente a 6% (seis por cento) do vencimento básico então percebido pelo servidor.

§ 2º - A promoção de que trata o *caput* deste artigo será concedida por ato do Secretário da Educação e produzirá efeitos a partir da data da publicação do ato.

Art. 9º - Para a promoção relativa ao ano de 2019, exigir-se-á a conclusão com aproveitamento do Curso de que trata o inciso III do *caput* do art. 5º desta Lei e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária correspondente a cada módulo.

§ 1º - São requisitos para a participação do servidor no segundo módulo do curso de que trata o inciso III do *caput* do art. 5º desta Lei, a conclusão com aproveitamento e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária correspondente ao primeiro módulo.

§ 2º - Em setembro de 2018, será concedida antecipação da promoção de que trata o *caput* deste artigo, ao servidor que tenha comprovada sua inscrição no segundo módulo do Curso de que trata o inciso III do *caput* do art. 5º desta Lei, no valor correspondente a 6% (seis por cento) do vencimento básico então percebido pelo servidor, observado o disposto no § 1º deste artigo.

§ 3º - A promoção de que trata o *caput* deste artigo será concedida por ato do Secretário da Educação e produzirá efeitos a partir da data da publicação do ato.

Art. 10 - Para fins do disposto nos arts. 8º e 9º desta Lei, não será exigido o interstício previsto no inciso I do *caput* do art. 9º da Lei nº 10.963, de 16 de abril de 2008.

Art. 11 - Fica assegurada aos atuais ocupantes de cargos dos Quadros Especiais IA e II de Professor e Coordenador Pedagógico do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio dos Padrões P, E, M e D a promoção para o Grau inicial da carreira, dentro do mesmo Padrão.

Parágrafo único - O disposto no *caput* deste artigo aplica-se aos atuais ocupantes dos cargos do Quadro Especial Grau I instituído pela Lei 13.569, de 18 de agosto de 2016, de Professor e Coordenador Pedagógico do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio dos Padrões P, E, M e D.

Art. 12 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos constantes do Orçamento do exercício, ficando o Poder Executivo autorizado a promover as alterações que se fizerem necessárias, observadas as disposições contidas na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei nº 2.322, de 11 de abril de 1966.

Art. 13 - O *caput* do art. 8º da Lei nº 12.578, de 26 de abril de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 8º** - O servidor que estiver, na data da publicação desta Lei, matriculado ou que venha a se matricular em curso de formação inicial e concluir a licenciatura plena até 31 de dezembro de 2022 será enquadrado na Carreira do Magistério Público do Ensino

Fundamental e Médio, nos Padrões e Graus seguintes:” (NR)

Art. 14 - Ficam revogados o Anexo I da Lei nº 12.577, de 26 de abril de 2012, o Anexo Único da Lei nº 12.603, de 03 de dezembro de 2012, o Anexo II da Lei nº 13.569, de 18 de agosto de 2016, e o art. 3º da Lei nº 13.569, de 18 de agosto de 2016.

Art. 15 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 1º de novembro de 2017.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 2017.

Deputado Rosemberg Pinto

Relator

ANEXO I

QUADRO ESPECIAL PROFESSOR E COORDENADOR PEDAGÓGICO - GRAU IA TABELA DE VENCIMENTOS (EM R\$)

PADRÃO	REGIME	VENCIMENTO
P	20h	1.072,68
	40 h	2.145,36
E	20h	1.270,03
	40 h	2.540,06
M	20h	1.513,69
	40 h	3.027,38
D	20h	1.801,29
	40 h	3.602,58

QUADRO ESPECIAL PROFESSOR E COORDENADOR PEDAGÓGICO - GRAU II TABELA DE VENCIMENTOS (EM R\$)

PADRÃO	REGIME	VENCIMENTO
P	20h	1.140,46
	40 h	2.280,92
E	20h	1.361,09
	40 h	2.722,18
M	20h	1.619,69
	40 h	3.239,38
D	20h	1.927,42
	40 h	3.854,84

ANEXO II

MAGISTÉRIO PÚBLICO DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO TABELA DE VENCIMENTOS (EM R\$) REGIME DE 20 HORAS

		IIA	III	IIIA	IV	IVA	V	VA	VI	VIA	VII
Professor/ Coordenador Pedagógico	P	1.223,33	1.306,19	1.400,49	1.494,79	1.602,72	1.710,65	1.834,14	1.957,63	2.098,98	2.240,33
	E	1.457,72	1.554,33	1.673,29	1.792,26	1.913,94	2.035,64	2.186,95	2.338,25	2.502,13	2.666,00
	M	1.734,67	1.849,66	1.991,23	2.132,77	2.277,61	2.422,43	2.602,46	2.782,49	2.977,51	3.172,52
	D	2.064,27	2.201,09	2.369,55	2.537,99	2.710,32	2.882,67	3.096,90	3.311,13	3.543,22	3.775,30

REGIME DE 40 HORAS

		IIA	III	IIIA	IV	IVA	V	VA	VI	VIA	VII
Professor/ Coordenador Pedagógico	P	2.446,66	2.612,38	2.800,98	2.989,58	3.205,44	3.421,30	3.668,28	3.915,26	4.197,96	4.480,66
	E	2.915,44	3.108,66	3.346,58	3.584,52	3.827,88	4.071,28	4.373,90	4.676,50	5.004,26	5.332,00
	M	3.469,34	3.699,32	3.982,46	4.265,54	4.555,22	4.844,86	5.204,92	5.564,98	5.955,02	6.345,04
	D	4.128,54	4.402,18	4.739,10	5.075,98	5.420,64	5.765,34	6.193,80	6.622,26	7.086,44	7.550,60

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Projeto de Resolução 2.547, concede a Comenda Dois de Julho à desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, de autoria do deputado Adolfo Menezes. Falta o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Designo para relatar o grande relator da noite, deputado Zé Raimundo. Comenda Dois de Julho à atual presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Maria do Socorro, de autoria do deputado Adolfo Menezes.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo para proferir o parecer.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, esta matéria é perfeitamente legal, constitucional. Trata-se de uma homenagem à nobre desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, que está sendo agraciada com essa Comenda.

A matéria é legal, constitucional, e voto pela aprovação do parecer.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- A votação deverá ser secreta, no painel.

Srs. Deputados, quem quer conceder a Comenda Dois de julho à desembargadora Maria do Socorro vota “sim”. Quem for contra vota “não”.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, queria pedir, fazendo louvor ao deputado Adolfo Menezes, que apresenta essa proposição, a todos os deputados, seja da Oposição, seja do governo, para que a gente possa fazer valer a importância da nossa querida presidenta Maria do Socorro, uma mulher do interior do Estado, lá da minha região, de Guaraci, que veio para cá, se tornou presidenta do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e merece essa honraria pela sua distinção. Uma mulher,

uma pessoa interiorana, que veio para a nossa querida cidade do Salvador e se tornou desembargadora, presidente do Tribunal de Justiça.

Por isso, quero pedir a todos os deputados que votem “sim” para que possamos fazer valer essa honraria a essa mulher tão importante para o Estado da Bahia.

O Sr. Luciano Simões Filho:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, o deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. Luciano Simões Filho:- Sr. Presidente, faço coro com o deputado Rosemberg Pinto sobre a importância dessa Comenda para a presidente Maria do Socorro, e agora o CNJ deu ao Tribunal de Justiça da Bahia, na gestão da presidente Maria do Socorro, o Selo Ouro, realmente batendo as metas devidas de julgamentos de toda a organização judiciária.

Ela conclui o seu mandato agora no fim do ano e a Assembleia Legislativa da Bahia faz essa justa homenagem, lembrando do sufoco que tivemos aqui na Assembleia naquele acontecimento do fechamento das comarcas do interior, e a presidente Maria do Socorro teve toda a atenção de receber os deputados, os pleitos dos prefeitos, a importância da figura dos juízes e do Tribunal de Justiça no interior do nosso Estado.

Então, faço coro com o deputado Rosemberg Pinto, pedindo votos para essa grande baiana Maria do Socorro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Continua a votação secreta.)

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Sr. Presidente, questão de ordem.

Eu gostaria de somar, de unir a minha voz às outras vozes que pedem, que recomendam, que informam a presidente do Tribunal de Justiça, a Sr.^a Desembargadora Maria do Socorro Santiago, porque honra e dignifica a magistratura baiana. E ainda mais por ser praticamente uma conterrânea nossa, originária de Olindina, que elevou a Justiça baiana, dinamizou, agilizou e exerceu o seu mandato com probidade, com inteira justiça, portanto merecedora dessa honraria que dignifica tanto a Sr.^a Presidente como a todos nós, baianos, pela sua atuação à frente do Tribunal de Justiça da Bahia.

Muito obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Concordo com suas palavras, deputado Aderbal Caldas.

Em apuração...

Mais um minuto para os deputados que não votaram ainda colocarem seus votos na urna.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Deputado Angelo Coronel, eu quero parabenizar V. Ex.^a, que recebeu 26 votos do segmento da imprensa como deputado. Eu estou achando que é por ser presidente, porque Marcelo sempre foi escolhido em primeiro lugar quando era presidente. E agora o Coronel deu continuidade. Quero parabenizar a presidência da Casa, que sempre tem um olhar muito singular para os jornalistas da Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Então V. Ex.^a está insinuando que os jornalistas só votam na Presidência, deputado, é isso?

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não, muito pelo contrário, eu estou parabenizando V. Ex.^a pelo trabalho, pela importância e esse olhar... Eu sou da área de comunicação, então acho muito bem-feita aqui a escolha...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Aprovado o **Projeto de Resolução nº 2.547/2017 que concede** a Comenda Dois de Julho para a desembargadora Maria do Socorro Santiago.

Projeto aprovado por unanimidade. **(Publicado no DL em 01/11/2017)**

Próximo projeto: Projeto de Resolução nº 2.543, do deputado Fábio Souto. Concede o Título Honorífico de Cidadão Baiano ao advogado Leandro Henrique Mozelo Lima.

Falta o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Designo para relatar o deputado Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, é uma Resolução da Mesa Diretora, de autoria do deputado Fábio Souto, que concede o título honorífico de cidadão baiano ao advogado Leandro Henrique Morelo Lima, que atua na área do meio ambiente.

A matéria é constitucional e legal e deve merecer o voto de todos os deputados. É o nosso parecer, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em discussão o parecer do deputado Zé Raimundo. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram (Pausa). Aprovado.

No Plenário. Votação secreta. Projeto do deputado Fábio Souto nº 2.543 (Votação secreta).

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Encerrada a votação.

Apuração.

Sim 41; Não - zero.

Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.543 de autoria do deputado Fábio Souto que concede título honorífico ao cidadão baiano, advogado Leandro Henrique Mozelo. **(Publicado no DL em 25/10/2017)**

Próximo projeto.

Projeto de Resolução 2.552(...)

O Sr. Fábio Souto:- Deputado Coronel, eu pedi o voto pessoalmente, aos colegas. Eu queria aqui, de público, agradecer o voto de todos os membros, de todos os colegas.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- (...) Conceder a Comenda 2 de Julho ao desembargador José Edivaldo Rocha Rotondano, atual presidente do TRE da Bahia, de autoria do deputado Pablo Barrozo.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Designo para relatar o deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Boa noite Sr.^{as} e Srs. Deputados.

(Lê) “Projeto de resolução nº 2.552/2017

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, RESOLVE:

Conceder a Comenda Dois de julho ao Desembargador José Edivaldo Rocha Rotondano;

A Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, com fulcro na Resolução nº. 1277, de 11 de agosto de 1999, expedida por esta egrégia Casa Legislativa, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Comenda Dois de julho à José Edivaldo Rocha Rotondano, pelos serviços prestados a comunidade baiana, em prol do desenvolvimento jurídico, social e cultural.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor no ato de sua publicação.

Sala das Sessões, 23 de novembro de 2017.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em discussão o parecer do deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem do deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:-Sr. Presidente, essa questão de ordem é para parabenizar o deputado Pablo como o jovem deputado Luciano, e esta Casa por esse título, muito justo, a esse desembargador, esse magistrado que faz um excelente trabalho na área da Justiça, na área do Ministério Público, em todo o Estado.

Eu acompanho o histórico desse grande juiz que honra a Bahia como desembargador, e agora presidindo o Tribunal Regional Eleitoral, nas suas comarcas, por onde ele passou como promotor, ainda promotor, muito jovem, onde ele passou ele deixou história, em várias áreas, lutando em prol dos menores, lutando contra a violência das mulheres e muitas outras lutas.

Portanto, esse desembargador, Dr. José Edivaldo Rocha Rotondano, ele merece esse título, é muito justo, eu parabenizo os proponentes e me somo aos demais deputados que, com certeza, por unanimidade, votarão esse título.

Parabéns, deputado Luciano.

O Sr. Luciano Simões Filho:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, deputado Luciano.

O Sr. Luciano Simões Filho:- Amigas e amigos deputados, sobre esse título, eu concordo com o Sargento Isidório, é muito justo. Levando em consideração uma notícia, agora, mais atual, de que o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, presidido pelo Dr. Rotondano, também recebeu o Selo Ouro do Conselho Nacional de Justiça, cumprindo todas as metas daquele Conselho perante o cumprimento de julgamentos e toda a área administrativa do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

Então eu peço votos a cada deputada, a cada deputado para aprovarmos esse título, a Comenda Dois de Julho, para José Edivaldo de Rocha Rotondano, atual presidente do Tribunal Regional Eleitoral e desembargador do nosso Tribunal de Justiça.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em votação o parecer do relator no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovado.

No Plenário, Projeto de Resolução nº 2.552/2017. Encerrada a votação. São 40 votos “sim”. Aprovada à unanimidade. Fica concedida a Comenda Dois de Julho ao desembargador José Edivaldo Rocha Rotondano, de autoria do deputado Pablo Barrozo. **(Publicado no DL em 24/11/2017)**

A Sr.^a Fátima Nunes:- Presidente, eu votei, e lá não registrou.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Eu vou considerar seu voto, deputada.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Projeto de Resolução nº 2.550/2017, de procedência do deputado Sandro Régis. Concede a Comenda Dois de Julho à Dr.^a Lígia Maria Ramos Cunha Lima, Exma. Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Designo para relatar a matéria o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Trata-se do Projeto de Lei nº 2.550/2017, de autoria do deputado Sandro Régis, que concede a Comenda Dois de Julho à Dr.^a Lígia Maria Ramos Cunha Lima, Exma. Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. O projeto, Sr. Presidente, atende à legalidade e à constitucionalidade, por isso opinamos pela sua aprovação.

É o nosso Parecer.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em discussão o parecer do deputado Luciano Ribeiro. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

No Plenário, Projeto de Resolução nº 2.550/2017, do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Deputado Coronel, eu queria pedir à Casa votos para essa desembargadora, que tem grandes serviços prestados ao nosso estado. Então eu peço à Casa toda que vote a favor porque realmente ela é uma grande referência do Judiciário baiano. Gostaria que a Casa desse esse título justo à desembargadora, Dr.^a Lígia, por merecimento.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, queria solicitar à Bancada do Governo também, até porque conheço a história da Dr.^a Lígia, sei de perto o quanto ela batalhou para estar onde está, e tem feito um trabalho muitíssimo coerente no Tribunal. Eu peço à nossa bancada que a gente possa fazer essa deferência, esse reconhecimento a Dr.^a Lígia.

O Sr. Pablo Barrozo:- Presidente, eu gostaria de pedir aos meus colegas o voto para a Dr.^a Lígia. Essa Comenda Dois de Julho é uma honraria mais que merecida, uma grande proposta do deputado Sandro Régis. Dr.^a Lígia é uma grande desembargadora, empenhou um grande trabalho como juíza na Câmara do Oeste, passou por lá deixando amigos, um bom trabalho e saudade. Hoje tem feito um excelente trabalho no Tribunal de Justiça e é admirada por seus pares. Faz-se justiça, deputado Sandro Régis, peço voto e dou os parabéns pela comenda.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, o Avante da Bahia também pede voto para essa desembargadora, pela sua história muito maravilhosa. Não é à toa que ela chegou onde chegou. É uma guerreira, é o que o deputado Pablo fala e muito mais, uma mulher guerreira. Por isso, o Avante da Bahia pede e declara o voto dessa comenda tão justa para essa mulher que honra o Judiciário baiano.

Muito obrigado.

(Continua a votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Vou encerrar a votação. (Pausa) Encerrada a votação. (Pausa) Solicito ao pessoal da apuração que agilize, porque está até mais rápido votar com cédula do que com o painel.

Aprovada a Comenda Dois de Julho por unanimidade para a desembargadora Lígia Maria Ramos Cunha.

Comenda Dois de Julho de autoria do deputado Sandro Régis. Aprovada por unanimidade o Projeto de Resolução nº 2.550/2017. **(Publicado no DL em 08/11/2017)**

Projeto de Resolução 2.515/2017 de procedência do deputado Angelo Almeida. Concede a Comenda Dois de Julho à Dr^a Eliane Elisa de Souza Azevedo, ex-reitora da Universidade Federal da Bahia.

Designo para relatar o deputado Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, Resolução nº 2.515/2017, de autoria do deputado Angelo Almeida, que concede a Comenda Dois de Julho à Dr.^a Eliane Elisa de Souza Azevedo. Trata-se de uma mulher que foi reitora e vice-reitora da UFBA, formada na turma de 1951. Praticamente foi uma das pioneiras do estudo da genética humana na Bahia e no Nordeste.

Vários dos alunos da Dr^a Eliane tenho o prazer de, até hoje, ter como colegas na Universidade do Sudoeste da Bahia, principalmente no campus de Jequié, onde há um forte núcleo de genética, composto por professores como a professora Ana Angélica, a professora Kiyoko e vários outros Também pude acompanhar o reitorado da Dr.^a Eliane, que foi um exemplo de incentivo a pesquisa e extensão, ela que também tem mestrado, doutorado e pós-graduação fora do Brasil, com inúmeros artigos, vários livros publicados.

Acho que o nobre deputado Angelo Almeida colabora com esta Casa, colabora com a Bahia, guardando essa referência que é um nome internacional da Bahia, e honra, portanto, a ciência baiana.

Parabéns, Angelo. Naturalmente, os colegas irão votar com todo carinho, com toda ênfase.

Quanto ao nosso parecer: evidentemente, eu duplamente recomendo, como professor e sobretudo como admirador dessa grande cientista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- queria pedir à bancada que fizesse essa deferência.

A história da professora Eliane é uma história de muito brilho, de muita determinação. Eu era estudante da Universidade Federal da Bahia na primeira eleição direta para reitor da Universidade Federal. Ela venceu essa eleição. Na época, ela não foi indicada, o presidente era Sarney.

Mas eu queria fazer essa deferência a essa mulher, que tem uma história na educação e na cultura da Bahia. E hoje quero aqui parabenizar o deputado Angelo Almeida por esse Título, ao qual ela com certeza faz jus. Isso engrandece também esta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Em discussão o parecer do nobre relator. (Pausa.) Aprovado. Em votação.

O Sr. Angelo Almeida:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem do deputado Angelo Almeida.

O Sr. Angelo Almeida:- Sr. Presidente, eu gostaria de pedir aos colegas um pouco de atenção, primeiro para dizer que a história...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em votação. O painel está aberto para votar.

O Sr. Angelo Almeida:- Primeiro, para dizer que a história da professora pós-doutora Eliane Azevedo é uma história digna de receber a maior comenda desta Casa, que é a Comenda Dois de Julho. Professora Eliane nasceu em Tanquinho, em 1936, ela tem hoje 81 anos de idade. À época, Tanquinho ainda era distrito de Feira de Santana. Estudou no tradicional Colégio Santanópolis e, aos 28 anos de idade, formou-se em medicina pela UFBA e foi para a Universidade de Washington, onde fez a sua primeira pós-graduação em Genética Humana. Retornando de lá, fez uma outra pós-graduação na Universidade do Havaí, depois voltou para fazer um pós-doutorado na Universidade de Washington novamente. E aqui fez a sua carreira, toda dedicada à ciência e ao ensino. Chegou ao mais alto cargo da nossa universidade, a Universidade Federal da Bahia, foi a primeira mulher reitora da universidade, a primeira mulher reitora do Brasil. E, depois de aposentada, foi para Feira de Santana, sua terra, ajudando, com sua condição e experiência, a fundar o curso de Medicina da Universidade Estadual de Feira de Santana. E, inclusive, criou lá uma importante matéria que hoje é muito pesquisada e trabalhada na UEFS, que é o curso de Biogenética.

Portanto, para mim é uma honra muito grande. Queria agradecer a cada um dos colegas e das colegas por esse voto para essa importante homenagem a nossa querida professora Eliane Azevedo.

Muito obrigado a todos. Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Carlinhos, pela mão que nos deu aí.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Encerrada a votação.

O Sr. Angelo Almeida:- Sr. Presidente, só me esqueci de dizer, e ainda bem que todo mundo já votou, que a professora Eliane Azevedo nasceu em Tanquinho, foi criada em Feira, mas também é prima do presidente da Assembleia, Angelo Coronel.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Quero até fazer uma ressalva, deputado: foi V. Ex.^a que concedeu a medalha, não fui eu. Mas ela é, realmente, prima carnal, membro da família e muito competente.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- sr. Presidente, queria pedir aos deputados e deputadas, estamos com um quórum razoavelmente baixo. Esses títulos têm que ter uma votação acima de 32 votos.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Não, deputado, é maioria simples. Sei que V. Ex.^a quer um quórum mais recheado, mas é maioria simples.

(Alguns deputados falam fora do microfone.)

O Sr. Rosemberg Pinto: Quero um quórum mais robusto. Uma homenagem com só quase a metade da Casa é ruim.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Encerrada a votação.

Sim: 35 votos. Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.515/2017, por unanimidade dos presentes, a Comenda Dois de Julho à professora Eliane Azevedo. **(Publicado no DL em 18/07/2017)**

Próximo: Projeto de Resolução nº 2.541, do deputado Hildécio Meireles. Concede a Comenda Dois de Julho ao advogado Luiz Viana Queiroz, presidente da OAB.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Designo para relatar a matéria o deputado Luciano Ribeiro. É de advogado para advogado.

O SR. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, trata-se de um Projeto de Resolução nº 2.541/2017, de procedência do deputado Hildécio Meireles, que concede a Comenda Dois de Julho ao advogado, presidente da OAB-Bahia, Dr. Luiz Viana Queiroz.

O projeto se encontra dentro da legalidade, não contém inconstitucionalidade, Sr. Presidente, atende às técnicas legislativas. Por isso, somos pela sua procedência.

É o nosso parecer.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em discussão o parecer do deputado Luciano Ribeiro. Os Srs. Deputados que o aprovam, no âmbito da Comissão, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Em votação no Plenário, no painel, o Projeto de Lei nº 2.541/2017, que concede a Comenda Dois de Julho ao advogado Luiz Viana Queiroz.

Em votação.

O Sr. Hildécio Meireles:- Sr. Presidente, queria chamar a atenção dos caros colegas deputados, colegas deputadas, para pedir o apoio na apreciação dessa resolução, dessa Comenda Dois de Julho para o querido Dr. Luiz Viana Queiroz, advogado, presidente da OAB-Bahia, pelos inestimáveis serviços por ele prestados não só na OAB como em toda a sua carreira como jurista, como também pela tradição política da sua família. Seu avô foi governador da Bahia, um dos governadores mais cultos que a Bahia já teve.

Por tudo isso, quero pedir o apoio dos queridos colegas deputados e deputadas. Muito obrigado a todos.

O Sr. Luciano Simões Filho:- Sr. Presidente, faço votos, juntamente com o deputado Hildécio Meireles, por esse grande presidente da Ordem dos Advogados do Estado da Bahia, Luiz Viana Queiroz, que faz uma grande gestão, foi reeleito no órgão, foi meu professor de Direito Eleitoral, grande homem público, já que exerce sua função pública na presidência da Ordem dos Advogados, Seção Bahia, para o qual também peço votos.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Apuração.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, o Dr. Luiz Viana Queiroz...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- É gente boa!

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- (...) é merecedor desta Comenda. Pode ver que esta Casa, tanto a bancada da Oposição como do Governo votam à unanimidade pelo trabalho feito por esse jovem advogado muito competente. Quem conhece a história do Dr. Luiz Viana sabe da importância de homenageá-lo com esta que a maior honraria desta Casa.

Então, parabéns a V. Ex.^a, parabéns a todos os deputados e deputadas que fazem justiça neste título, votando para o Dr. Luiz Viana.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Trinta e oito votos “sim”; 1 voto “não”.

Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.541/2017, que concede a Comenda Dois de Julho ao advogado Luiz Viana Queiroz. **(Publicado no DL em 10/10/2017)**

O Sr. Zé Neto:- Boa votação essa. Trinta e oito a quanto?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Trinta e oito a um.

O Sr. Zé Neto:- A Casa fez jus, é um grande e respeitado advogado do nosso Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Projeto de Resolução 2.523/2017, de procedência da deputada Fátima Nunes. Concede a Comenda Dois de Julho ao teólogo Naidson de Quintella Baptista.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Designo para relatar a matéria o deputado Heber Santana pela Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. HEBER SANTANA:- Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Resolução nº 2.523/2017, de autoria da deputada Fátima Nunes, que concede a Comenda Dois de Julho ao Teólogo Náidson de Quintella Baptista. O projeto atende a boa norma legislativa, é constitucional, portanto o nosso voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em discussão o parecer do nobre relator. Srs. Deputados que concordam com o parecer, permaneçam como se encontram.

Em votação. Aprovado.

No Plenário, o Projeto de Resolução nº 2.523/2017. Aberto o painel para a votação.

(Em votação.)

O Sr. Luciano Simões Filho:- Por indicação da deputada Fátima Nunes, estamos em votação. Grande indicação, grande pensador baiano do nosso semiárido e do nosso Nordeste. Vamos votar, gente, porque vale muito a pena essa honraria de autoria da deputada Fátima Nunes.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, quero agradecer a todos os pares aqui na Casa, deputados e deputadas. Compreendendo o valor desse teólogo, desse homem que originou, junto com os movimentos sociais, a criação da articulação do semiárido para propor as políticas públicas e a convivência com o semiárido, que nesse momento já se transformou em lei. E aqui na Casa, com a votação de todos os pares, temos essa política pública. Agradeço a todos e todas, e claro, solicito mais uma vez o voto de cada um e cada uma. Obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Eu gostaria de convidar o deputado Tom Araujo, o deputado Gika para fazerem a apuração dos melhores jornalistas e radialistas que V. Ex.^{as} votaram nessa tarde, por favor.

Apuração: 32 “sim”; 2 “não”, ao Projeto de Resolução nº 2.523 da deputada Fátima Nunes, que concede a Comenda Dois de Julho ao Teólogo Náidson Quintella Baptista. **(Publicado no DL em 04/08/2017)**

A Sr^a. Fátima Nunes:- Mais uma vez, Sr. Presidente, agradeço a todos os pares aqui da Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Projeto de Resolução nº 2.477/2017, de procedência do deputado Luiz Augusto, que concede a Comenda Dois de Julho ao Exmo. Sr. Promotor de Justiça do Estado da Bahia, Dr. Paulo Gomes Junior.

Designo para relatar o deputado Antônio Henrique Jr., pela CCJ.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado, V. Ex.^a é o relator.

O Sr. ANTÔNIO HENRIQUE JÚNIOR:- Projeto de Resolução nº 2.477/2017, que concede a Comenda Dois de Julho ao Exm.^o Sr. Promotor de Justiça do Estado da Bahia Paulo Gomes Júnior. A matéria é legal, constitucional, somos a favor da aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em discussão o parecer do deputado Antônio Henrique Jr.. Concluída a discussão. Em votação, os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em Plenário, votação secreta, no painel. Abram o painel, Srs. Operadores.

(Votação secreta.)

O Sr. Adolfo Viana:- Luiz Augusto, Zé Neto não quer votar não. (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Vamos votar, senhores deputados! Falta um voto.

Encerrada a votação. Apuração. Votos “sim”: 30. Votos “não”: 4.

Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.477/2017, que concede a Comenda Dois de Julho ao Exm.^o Sr. Promotor de Justiça do Estado da Bahia, Paulo Gomes Júnior, de autoria do deputado Luiz Augusto. **(Publicado no DL em 08/03/2017)**

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Próximo projeto. Projeto nº 2.488/2017, de procedência do deputado Marcelino Galo, que concede a Comenda Dois de Julho a major da Polícia Militar do Estado da Bahia, Denice Santiago. Designo para relatar a matéria o deputado Roberto Carlos, pela CCJ.

(Lê:) *"Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.*

Requeiro, nos termos do Artigo 89, Parágrafo Único do Regimento Interno, a prorrogação da presente Sessão, pelo tempo de 200 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 2017. Deputado José Neto."

Em votação, os senhores deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Deputado Roberto Carlos, por favor, com a palavra para relatar.

O Sr. ROBERTO CARLOS:- Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 2.488/2017, de autoria do deputado Marcelino Galo, que concede a comenda Dois de Julho a major da Polícia Militar do Estado da Bahia, Denice Santiago, é legal e constitucional. Voto pela aprovação.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em discussão o parecer do deputado Roberto Carlos. Srs. Deputados que aprovam no âmbito das comissões, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Em Plenário. Abram o painel, Srs. Apuradores...

O Sr. Antonio Henrique Jr.:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, deputado Antonio Henrique Jr.

O Sr. Antônio Henrique Jr.:- Sr. Presidente, eu tenho o mesmo projeto de lei para a major Denice Santiago, uma Comenda Dois de Julho nesse sentido.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado, se V. Ex.^a tem um projeto, ficarão unificados. Abra o painel, operador. O painel já está aberto, Srs. Deputados.

A Sr.^a Maria del Carmen:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, a deputada Maria del Carmen.

A Sr.^a Maria del Carmen:- Sr. Presidente, peço aos colegas deputados que votem “sim”. A major Denice merece essa homenagem toda.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, deputada Dra. Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur:- Sr. Presidente, quero saudar o deputado Marcelino Galo pela propositura de reconhecer o trabalho da nossa major Denice. É uma das criadoras da Ronda Maria da Penha e, desde então, é militante na luta contra a violência, contra a mulher, e é reconhecida pelos movimentos feministas, não só na Bahia, nesta Casa, como em todo País.

Parabéns ao deputado! Parabéns a major Denice!

Tenho certeza de que será unanimidade nesta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Vamos votar, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Primeiro, Sr. Presidente, quero pedir ajuda à assessoria, porque não estamos conseguindo votar em nenhuma dessas máquinas aqui. Essas máquinas daqui não estão funcionando.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Quero que o diretor de informática verifique, porque está tendo alguma confusão de operação e sincronia com as máquinas.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, aproveito para solicitar a todos os deputados para votarem nessa homenagem a major Denice, porque ela faz um trabalho dos mais significativos na humanização da polícia, na condição de representante de uma instituição tão importante para o Estado da Bahia, e também na relação direta com os segmentos organizados da nossa sociedade. Esse reconhecimento é mais do que justo.

Quero parabenizar o deputado Marcelino Galo por essa indicação, e justificar o nosso voto.

O Sr. Deputado Pastor Sargento Isidório:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. Deputado Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, como policial militar que sou e conhecedor dessa excelente oficial superior de polícia, a major Denice, que vem desempenhando um trabalho muito importante e bem representando as policiais femininas do nosso Estado, tanto o deputado Marcelino Galo como o deputado de Barreiras, nosso querido Angelo propuseram essa comenda. Peço aos dignos pares, homens e mulheres, Antônio Henrique, de Barreiras, nosso colega muito ativo nesta Casa, que também fez essa proposta junto ao deputado Marcelino Galo, peço aos demais deputados que votem favoravelmente para concedermos o título a essa mulher guerreira, essa mulher que honra às demais mulheres do nosso Estado.

Como policial militar, peço o voto favorável de todos.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Concluída a votação. Apuração: Sim, 32; Não, 2. Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.488/2017 do deputado Marcelino Galo, que concede a Comenda Dois de Julho à major da Polícia Militar Denise Santiago. **(Publicado no DL em 17/04/2017)**

O Sr. Antônio Henrique Jr:- Presidente, eu votei Sim, mas meu voto não apareceu no painel.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- O.K., deputado, vamos contabilizar seu voto.

Projeto de Resolução nº 2.437/2016, da deputada Fabíola Mansur, que concede a Medalha Dois de Julho a Reine Marie Chaves Fonseca, e dá outras providências.

Designo para relatar a matéria o deputado Pablo Barrozo.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur:- Sr. Presidente, peço aos colegas... a Dr.^a Reine Chaves é uma das maiores endocrinologistas do Estado da Bahia, com mais de 30 anos de atuação, não só de amor à Medicina, mas um ser humano do bem, amada pelos seus pacientes. Dr.^a Reine é servidora pública, querido deputado Pablo, do Estado da Bahia, e foi uma das fundadoras do Cedeba, centro de referência de diabetes.

Ficamos muito felizes por pedir aos nossos pares, deputada Maria del Carmen, um voto para a Comenda Dois de Julho, no mês em que se combate o diabetes, para a Dr.^a Reine Chaves.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputada Fabíola, houve um equívoco da Presidência. Quem me pediu para relatar essa matéria foi o deputado Pastor Sargento Isidório. Gostaria de que o deputado Pastor Sargento Isidório relatasse a homenagem à nossa Reine Marie.

O Sr. Pablo Barrozo:- Sr. Presidente, V. Ex.^a fez a melhor escolha pois não falo francês, e o Pastor Sargento Isidório é um poliglota.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Principalmente porque eu sei que vamos fazer as pazes, nesta Casa, da deputada Fabíola Mansur com o deputado Pastor Sargento Isidório. E nada como ele relatar um projeto de V. Ex.^a

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur:- Sr. Presidente, eu nunca briguei com o deputado Pastor Sargento Isidório. Apenas não coaduno com suas ideias. É diferente.

Quero dizer que a Dr.^a Reine Chaves é uma baiana categoria do bem, ama a Medicina, uma baiana daquelas que cuida dos diabéticos, uma das maiores e principais doenças que afetam o nosso Estado. Uma mulher seriíssima que merece todo o reconhecimento desta Casa.

Por isso, com muito orgulho, tenho certeza de que o deputado Pastor Sargento Isidório fará a relatoria, assim como os nossos pares aprovarão a nossa comenda.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Estamos no mês pré-natalino, e, com certeza, a paz vai reinar nesta Casa, deputada.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado Sargento Isidório, V. Ex.^a com a palavra.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu também não tenho qualquer divergência com a muito nobre deputada Fabíola, apenas também não concordo com as suas ideias.

A Dr.^a Reine Marie Chaves é graduada em Medicina, fez residência em Endocrinologia e mestrado em Medicina Interna. Então, são títulos concedidos pela Universidade Federal da Bahia. Portanto, estou falando aqui de uma pessoa que tem serviços prestados à sociedade. E ainda que tivesse algum desvio qualquer, daqueles que eu combato e denuncio, no meu papel de parlamentar eu tenho de entender que

estou deputado, amanhã não estou, e quando estou sou pago com o dinheiro público, inclusive da Dr.^a Reine Marie.

Portanto, é legal, é justo e aprovo a honraria de que esta resolução trata. É muito importante, e peço aos demais companheiros deputados que... conhecendo a deputada Fabíola como conhecemos, sabemos que ela trouxe para cá um nome ilustre e que merece a aprovação por unanimidade.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em votação o parecer do deputado Sargento Isidório. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em votação no Plenário. Votação secreta no painel.

(Os Srs Deputados procedem à votação secreta no painel.)

Apuração da votação: Sim, 30; Não, 3. Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.437/2016, da deputada Fabíola Mansur, que concede a Medalha Dois de Julho a Reine Marie Chaves Fonseca. **(Publicado no DL em 01/06/2016)**

Projeto de Resolução nº 2.466/16, de autoria da deputada Maria del Carmen, que concede Título Honorífico de Cidadão Baiano a Henrique Duarte Prata.

Designo para relatar esta matéria o deputado Bira Corôa, membro da Comissão de Constituição e Justiça.

A Sr.^a Maria del Carmen:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem da deputada Maria del Carmen.

A Sr.^a Maria del Carmen:- Peço aos colegas o voto para o Dr. Henrique Prata, médico que coordena o trabalho do Hospital de Câncer de Barretos e faz um trabalho na região do São Francisco, um rastreamento de câncer de mulheres.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o deputado Bira Corôa, membro da CCJ, para relatar o Projeto de Resolução nº 2.466.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, o projeto, de autoria da deputada Maria del Carmen, concede o Título de Cidadão Baiano a Henrique Duarte Prata. Sr. Presidente, Srs. Deputados, não havendo nenhuma alteração ou nenhum posicionamento em contraditório, opino pela aprovação desse Título de Cidadão e reconheço a honra de ser mais um novo baiano a Henrique Duarte Prata.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em discussão o parecer do deputado Bira Corôa.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontra. (Pausa)
Aprovado.

No Plenário, painel aberto para votação.

A Sr.^a Maria del Carmen:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem da deputada Maria del Carmen.

A Sr.^a Maria del Carmen:- Quero pedir aos colegas para votarem. Eles têm um belíssimo trabalho no Hospital de Câncer de Barretos, Ele dirige o Hospital de Barretos, em São Paulo, mas faz um trabalho de rastreamento de câncer na região do São Francisco, em diversas cidades. O deputado Roberto Carlos conhece o trabalho desse médico e desse conjunto naquela região.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Vamos votar, Srs. Deputados.

(Os Srs. Deputados registram seus votos no painel.)

Apuração da votação: 33 votos “sim”. Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.466/2016, por unanimidade. **(Publicado no DL em 03/01/2017)**

Próximo projeto. Antes, porém, vou divulgar o resultado da eleição dos jornalistas e radialistas, na tarde de hoje, votação essa elaborada pelos Srs. Deputados.

Prêmio Quintino de Carvalho – Imprensa Escrita. Concorreram: Jornais: A Tarde, Correio da Bahia, Metrópole e Tribuna da Bahia.

Rômulo Faro, da Tribuna: 02 votos

Guilherme Reis, da Tribuna: 04 votos

Matheus Moraes, da Metrópole: 01 voto

Jairo Júnior, do Correio da Bahia: 02 votos

Levi Vasconcelos, do jornal A Tarde: 41 votos.

Prêmio Wilson de Menezes – Imprensa Radiofônica

Rádios:

Danilo Alves, da Rádio Excelsior 106.1 FM: 09 votos

Victor de Santana Pinto, da Rádio Excelsior 840 AM: 11 votos

Cristóvão Rodrigues, da Rádio Itaparica FM: 11 votos

Matheus Moraes, Rádio Metrópole: 12 votos

Itamar Ribeiro, Rádio Sociedade de Feira: 17 votos

Então a Medalha Quintino para o radialista Itamar Ribeiro e o Quintino de Carvalho para a imprensa escrita para Levi Vasconcelos, do jornal A Tarde

Prêmio Armando Lobracci Neto

01 voto, revista Bahia em foco, jornalista Wilson Midlej

02 votos, Correio do Mês, Victor de Santana Pinto

03 votos, Rodrigo Aguiar, Bahia.Ba

04 votos, Ramon Margiolle da Silva, do Informe Baiano

06 votos, Bruno Luiz, do Bahia Notícias

07 votos, Raul Monteiro, Política Livre

10 votos, Tasso Franco, Bahia Já

13 votos, Luiz Fernando, do Bocão News, foi o vencedor da medalha do prêmio Armando Lobracci Neto.

E ficaram ali na imprensa até o final quatro concorrentes emparelhados, estão ali. No meio Luiz Fernando e Bruno, 1º e 2º lugar e nas duas laterais o 4º e 5º colocados. Muito bem, parabéns a vocês que dão uma cobertura, aqui, efetiva a Casa. (Palmas.)

Projeto de Resolução nº 2.520/2017, do deputado Roberto Carlos, concede o Título Honorífico de Cidadão baiano ao Prof. Edivaldo Haeckel.

Designo para relatar a matéria o deputado Pablo Barrozo, que substituiu anteriormente o deputado Isidório no título da deputada Fabíola Mansur.

Esse projeto é o último Título da noite. Só tem agora o último projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o deputado Pablo Barrozo.

O Sr. PABLO BARROZO:- Passo a relatar o Projeto de Resolução nº 2.520/2017, de autoria do deputado Roberto Carlos, que concede o Título Honorífico de Cidadão Baiano ao professor Ewald Hackler.

A Assembleia Legislativa do Estado da Bahia resolve que fica concedido o Título de Cidadão Baiano ao professor Ewald Hackler, nos termos da Resolução nº 1.271, de 5 de novembro de 1998, do Regimento Interno da ALBA.

O título será entregue em sessão especial da Assembleia Legislativa.

Revogam-se as disposições em contrário.

O projeto é constitucional.

Eis o parecer.

Voto pela aprovação, salvo melhor juízo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em discussão o parecer do deputado Pablo Barrozo.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.
Em votação no Plenário.

Em votação o Projeto de Resolução nº 2.520, do deputado Roberto Carlos, que concede o Título de Cidadão Honorífico Baiano ao professor Ewald Hackler.

Painel aberto.

O Sr. Roberto Carlos:- Sr. Presidente, pela ordem.

A Sr.^a Maria del Carmen:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, comunicação inadiável.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão ordem do deputado Roberto Carlos.

O Sr. Roberto Carlos:- Sr. Presidente, quero informar aos meus colegas deputados que o professor Ewald Hackler é alemão e tem 83 anos de idade; 46 anos aqui na Bahia. Ele é professor da Universidade Federal da Bahia.

Solicito a V. Ex.^a, Sr. Presidente, e aos demais pares votar favorável a este projeto.

Muito obrigado.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, comunicação inadiável.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem da deputada Maria del Carmen.

A Sr.^a Maria del Carmen:- Deputado Roberto Carlos, queria me solidarizar a V. Ex.^a e pedir o voto para o professor Ewald Hackler, pois eu o conheço. Ele foi meu professor na escola e é excelente professor.

O Sr. Roberto Carlos:- Muito bem. Obrigado, querida.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, comunicação inadiável.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra, para uma comunicação inadiável, o deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, gostaria de ter a honra de comunicar a esta Casa, aos Srs. e Sr.^{as} Deputadas, à sociedade baiana que se encontra reunida, desde a noite de ontem, no Hotel Fiesta aqui em Salvador, até o dia 2 de dezembro, sábado, a Convenção Estadual das Assembleias de Deus na Bahia.

São 1.800 pastores vindos de toda a Bahia com suas esposas e filhos para debater temas espiritual e social. E, durante esses dias, tanto pela manhã como pela

tarde, estaremos nós reunidos com pastores, ministros, evangelistas, obreiros do Senhor Jesus das Assembleias de Deus, da missão.

O evento será presidido pelo muito importante pastor Valdomiro Pereira. Ele preside a convenção e a mesa diretora com o nosso também muito querido pastor Cleidson Carlos e outros como o pastor Joeser e tantos outros pastores da mesa diretora mas que dirigem a convenção que reúne 1.800 pastores.

Lá, está participando também o mui digno deputado Samuel Júnior, deputado desta Casa e evangelista também na nossa convenção. Lá, naquela oportunidade, estamos tendo encontros com as esposas de pastores e com os filhos de pastores discutindo temas muito importante para a nossa juventude, temas muito importante para o nosso Estado. Inclusive esteve hoje lá V. Ex. ^a, que foi recebido hoje pela manhã durante o encontro com muita honraria, e também o mui digno governador Rui Costa, que compareceu àquele evento por volta das 10h40 min para 11h e saiu de lá já ao meio dia.

Portanto, parabenizo mais uma vez todos os evangelistas, todos os pastores, todos os obreiros das Assembleias de Deus, pastores, esposas e filhos, bem como a mesa diretora da Convenção Estadual da Assembleia de Deus, a nossa CEADEB, que de ontem à noite até o dia 02, sábado, estaremos reunidos discutindo temas importantes para a nossa sociedade.

Parabéns ao pastor Valdomiro, parabéns ao deputado Samuel, a deputada Angela Souza, ao deputado Ubaldino, a todos os ministros evangélicos que estão no Hotel Fiesta confraternizando e discutindo temas importantes para o nosso Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Encerrada a votação. Foram 33 votos sim.

Fica aprovado o Projeto de Resolução nº 2.520/2017, que concede o título honorífico de cidadão baiano ao professor Ewald Hackler, de autoria do deputado Roberto Carlos. **(Publicado no DL em 18/07/2017)**

Último projeto da noite.

Projeto de Lei 22.398/ 2017, de procedência do deputado Marcelo Nilo.

Dispõe sobre a denominação da barragem, localizada no povoado de Estiva, município de Itapé, Bahia, como Barragem Horácio Sodré.

Designo para relatar a matéria o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, esse projeto de lei é de uma relevância muito grande para a nossa região, porque titula a barragem do rio Colônia como Barragem Horácio Sodré, uma personalidade, foi prefeito da cidade de Itapé, e uma justa homenagem desta Casa. Parabenizo o deputado Marcelo Nilo pela

iniciativa desse projeto que dignifica muito a nossa região, dando o título àquela barragem que vai cuidar da população de Itabuna do nosso querido Horácio Sodré.

Está dentro de todas as condições de constitucionalidade, por isso recomendo a aprovação desta Casa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em discussão, no âmbito das Comissões, o parecer do relator.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado.

No Plenário, em primeiro turno, o projeto de Lei 22.398/2017.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado à unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 22.398/2017

Dispõe sobre a denominação da barragem localizada no povoado de Estiva, Município de Itapé-Bahia, como barragem Horácio Sodré.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA, aprovou e eu promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica denominada de BARRAGEM HORÁCIO SODRÉ a barragem localizada no povoado de Estiva, Zona Rural do Município de Itapé, Estado da Bahia.

Art 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 24 de julho de 2017.

Deputado Marcelo Nilo

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- O Sr. Pastor Sargento Isidório. Sr. Presidente, eu quero aditar ao nosso pronunciamento o mui digno deputado Heber Santana, que também faz parte da família evangélica, é também das Assembleias de Deus, então o movimento que está tendo ele também faz parte, até porque é neto do mui digno e homem de referência o nosso pastor Rodrigo Santana.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Convoco uma sessão extraordinária para um minuto após o encerramento da presente, para votarmos em segundo turno o projeto de lei 22.398/2017.

Não havendo mais nenhuma matéria na Ordem do Dia, declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.